

1
1
2
3
4
5
6

**ATA DA SEPTUAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO
ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE –
CONSEMA**

7Aos dezessete dias do mês de junho de dois mil e cinco realizou-se a Septuagésima
8Sexta Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA,
9situado à rua Carlos Chagas, n.º 55 – 11º andar – sl. 1107, Porto Alegre, com o início
10às quatorze horas e vinte três minutos, com a presença dos seguintes Conselheiros:
11**Sr. Renato Lauri Breunig**, Representante do Secretário de Meio Ambiente; **Sr.**
12**Cláudio Dilda**, Representante da FEPAM; **Sr. Paulo Sérgio Fabres**, Representante
13do Secretário da Agricultura e Abastecimento; **Sr. Eberson Thimmig Silveira**,
14Representante do Secretário de Energia, Minas e Comunicação; **Sr. Paulo Renato**
15**dos Santos Souza**, Representante do Secretário de Ciência e Tecnologia, **Sra. Marta**
16**Marchiori Dias**, Representante do Secretário do Desenvolvimento e dos Assuntos
17Internacionais; **Sra. Rosa Maria Schlichting**, Representante do Secretário de Obras
18Públicas e Saneamento; **Sr. Pércio Brasil Álvares**, Representante do Secretário de
19Justiça e Segurança; **Sr. Geraldo André Susin**, Representante Titular da ALGA;
20**Sra. Edi Xavier Fonseca**, Representante Titular da AGAPAN; **Srs. Doadi Antônio**
21**Brena e Luiz Alberto Carvalho Júnior**, Representantes Titular e Suplente do
22Amigos da Floresta; **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite**, Representante Titular da
23Instituição Universitária Pública; **Sra. Elizabete Maria Zanin**, Representante
24Titular da Instituição Universitária Privada; **Sr. Paulino Olivo Donatti**,
25Representante Titular da FETAG; **Sr. Clóvis Zimmer**, Representante Titular da
26FIERGS; **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho**, Representante Suplente da FARSUL; **Sr.**
27**Luiz Antônio Borges Germano da Silva**, Representante Titular da Sociedade de
28Engenharia; **Sr. Valtemir Goldmeier**, Representante Titular da FAMURS; **Sr.**
29**Carlos Termignoni**, Representante Titular do Centro de Biotecnologia do Estado do
30Rio Grande do Sul; **Sr. Sérgio Cardoso**, Representante Titular dos Comitês de
31Bacias Hidrográficas; **Sr. Clebes Brum Pinheiro**, Representante Titular do Corpo
32Técnico da FEPAM. Participaram também da reunião, como convidados: Káthia
33Maria Vasconcellos Monteiro, Núcleo Amigos da Terra Brasil; Maurício Colombo,
34Câmara Permanente de Gestão das Águas; Cláudio Frankemberg, PUC/RS;
35Alexandre Bugin, ABES/RS; Mauro Gomes de Moura, FEPAM; Vera Lúcia Pitoni,
36Câmara Técnica de Biodiversidade e Política Florestal; Kátia Helena Lipp Nissinen e
37Ilse Rosito Dicki, FEPAM, Niro Afonso Pieper, SIGA;. Vera Lúcia Calegare,
38SEMA. Os trabalhos foram abertos e presididos pelo Sr. Valtemir Goldmeier,
39Representante da FAMURS. **Pauta: 1. Aprovação da Ata da 75ª Reunião**
40**Ordinária do CONSEMA; 2. Comunicações; 3. Apresentação pela SEMA de**
41**como será operacionalizado o Fundo Estadual do Meio Ambiente; 4.**
42**Participação do Secretário de Estado do Meio Ambiente – Sr. Mauro Sparta; 5.**
43**Relato da Gestão Ambiental dos Municípios Habilitados pelo SIGA-RS; 6.**
44**Participação dos Presidentes das Câmaras Técnicas do CONSEMA; 7. Relato**
45**Geral Pró-Guaíba; 8. Assuntos Gerais. Sr. Presidente (Sr. Valtemir Goldmeier):**
46Boa-tarde a todos. Já temos *quorum*, podemos, então, iniciar esta nossa 76ª Reunião
47Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente. Conforme tínhamos aprovado
48na reunião anterior, inicialmente, faríamos uma apresentação da AGAPAN sobre as
49atividades que a Entidade desenvolve, e, em seguida, passamos a deliberar sobre a

50nossa Pauta. Lembrando a todos que a participação do Secretário não será possível,
51porque ele encaminhou um documento, que eu farei a leitura, posteriormente, que
52não poderia estar presente. Também, em relação ao Item 7, do Pró-Guaíba, será tão-
53somente um informe, porque, provavelmente, vocês já averiguaram pela imprensa
54que o assunto teve um encaminhamento por meio do Governo do Estado. Então,
55gostaria de passar a palavra para a AGAPAN para que fizesse a apresentação da
56Entidade e em seguida daremos continuidade a nossa reunião. **Sra. Edi Xavier**
57**Fonseca:** Boa-tarde a todos. Quero agradecer à oportunidade dada pelo Presidente
58do CONSEMA, Valtemir Goldmeier, de fazer esta breve apresentação da nossa
59Instituição. A AGAPAN é uma Entidade que tem 34 anos, cujo o lema é *a vida*
60*sempre em primeiro lugar*. Até coloquei este primeiro *slide* com o logotipo da
61AGAPAN e com o lema, porque este é o mesmo lema e o mesmo logotipo que
62usamos há 34 anos. Então, não é uma coisa nova, até muitas pessoas têm usado esse
63mesmo lema, *a vida sempre em primeiro lugar*, mas é algo que a AGAPAN já usava
64há muito tempo. Então, é uma figueira, uma ema o símbolo da AGAPAN. Esse
65desenho foi feito pelo José Lutzenberguer, um dos fundadores da nossa Entidade.
66Então, a AGAPAN é uma associação não-governamental, sem fins lucrativos, de
67direito privado, pioneira no desenvolvimento ecológico brasileiro, é a primeira
68Entidade com esse caráter ecopolítico. No mundo houve várias outras Entidades, mas
69a primeira com esse tipo de objetivo foi a AGAPAN. A nossa missão, que depois de
70duas décadas de trabalho fizemos o encontro e definimos, então, qual era a missão da
71AGAPAN, que esse *slogan* vem sendo muito utilizado por diversas outras
72instituições, que é a ecologização participativa da sociedade por meio da defesa da
73biodiversidade e a busca de um modelo civilizatório, autônomo, harmônico,
74socialmente justo e ecologicamente sustentável. Aqui há algumas das atividades que
75fizemos: palestras, debates, encontros, seminários, cursos, pareceres técnicos,
76participação em diversos conselhos deliberativos sobre políticas públicas em âmbito
77federal, estadual e municipal; ações judiciais contra impedimentos predatórios, que
78consideramos predatórios, elaboração de propostas, de emendas populares aos
79orçamentos do Estado e o Município. Essa é uma prática que até hoje nós fazemos no
80Município de Porto Alegre, principalmente, onde é a nossa atuação mais direta e no
81Estado. Quero lembrar que todos esses eventos que a AGAPAN participa, pareceres
82técnicos, cursos, seminários, sempre são de caráter voluntário, nós não recebemos
83nada, a AGAPAN é uma Entidade que funciona 100% de voluntariado. Nenhum
84membro da nossa Instituição recebe algum tipo de remuneração. Então, separei
85algumas ações nessas décadas que a AGAPAN vem atuando. Então, quais seriam as
86principais ações? Elas se interpassam, não são instantes, não são só em uma década
87ou outra, acompanha-se ao longo do tempo. Então, combate às podas indiscriminadas
88das árvores de Porto Alegre, principalmente, foi a principal luta da AGAPAN na
89década de 70. O incentivo à criação de áreas de proteção ambiental, parques e
90reservas. Isso é motivo de grande orgulho para a AGAPAN, que todos os parques
91estaduais e reservas têm comprovação que foi um pedido ou uma solicitação da
92AGAPAN, uma percepção da AGAPAN de que aquelas áreas deveriam ser
93formadas, como o Parque do Turvo, Itapuã, a Reserva Ecológica do Lami, aqui em

94Porto Alegre, o Morro do Osso e outras tantas áreas que hoje são áreas de proteção
95ou são parques. Campanhas contra a caça indiscriminada, campanhas contra energia
96nuclear, a devastação da Amazônia, as queimadas, cursos de educação. Colocamos
97curso de educação porque na década de 72 um grupo de oito membros da AGAPAN,
98formado pelo Celso Marques, Lair Ferreira, Maria Inês Burguer, Hudo Mor, não
99queria esquecer ninguém, mas já esqueci de alguns, mas, enfim, Sebastião Pinheiro e
100outros que agora não lembro o nome, formaram um grupo na década de 70 e foram
101por todo o interior fazendo cursos de qualificação em educação. Claro, voltaram
102para o enfoque ambiental. Incentivo à criação de órgãos públicos na administração
103ambiental. Como é de conhecimento acho que de todos, a AGAPAN sempre se
104empenhou, incentivou a criação de órgãos, tanto de âmbito municipal como de
105estadual e federal, de controle e fiscalização ambiental. Na década de 80, mas que foi
106uma luta que também começou na década de 70, em 72 o Lutzenberguer fez um
107manifesto contra a questão dos agroquímicos, os chamados agrotóxicos, mas
108consideramos que ele se fortificou na década de 70 com a lei dos agrotóxicos, tanto
109aqui estadual, como a lei federal. Na lei estadual, trabalhada diretamente, o
110Lutzenberguer e o Sebastião Pinheiro, já na lei federal foram para Brasília e ficaram
111um tempo em Brasília trabalhando na elaboração dessa lei, o Flávio Lewgoi e
112Sebastião Pinheiro. A gente trabalhou ativamente na Constituinte Federal e Estadual,
113campanhas contra o uso de carvão para geração de energia, planejamento urbano
114regional e incentivo às tecnologias limpas. Na década de 90, então, a elaboração das
115leis orgânicas municipais. Então, incentivou e se foi muito a debates em Câmaras
116Municipais onde estava sendo discutidas as leis orgânicas. Campanha contra a
117poluição das águas, campanha contra o patenteamento de seres vivos, campanhas
118contra a incineração de resíduos sólidos. E atualmente estamos dedicando ao
119combate aos transgênicos, a oposição aos megaempreendimentos, principalmente, as
120hidrelétricas e os loteamentos. Contra a flexibilização da legislação ambiental e
121campanha pela preservação da biodiversidade do Pampa Gaúcho. Elaboração de
122políticas públicas contra o Capim Annoni e demais invasoras, e contra a manucultura
123florestal e a busca de um modelo sustentável para a metade sul do Estado, e
124discussão nos Planos Diretores Urbanos e Ambientais. Quando eu falei em todas as
125atividades que a AGAPAN fez, ou vem fazendo, nunca fizemos e nem fazemos
126sozinhos, o nosso modo de trabalhar sempre foi em conjunto com as demais
127organizações da sociedade civil, principalmente, as entidades ambientalistas. Aqui eu
128cito as parcerias que a AGAPAN sempre tem e teve, como agora o Núcleo Amigos
129da Terra Brasil, que foi importante parceira e é importante parceira da AGAPAN em
130todas as nossas atividades, como outras entidades ambientalistas: o Movimento
131Roessler, o Centro de Estudos Ambientais, na qual era o núcleo, inclusive, da
132AGAPAN da década de 80 e ficou independente depois; como a UPAM, de São
133Leopoldo, como a ALGA, de Caxias, a GESP, que é uma Entidade também antiga,
134tradicional nossa, que é de Passo Fundo, o Grupo Sentinela dos Pampas. Então,
135sempre fizemos essa atuação conjunta. E na década de 80 estreitamos o nosso
136relacionamento com as Entidades de classes sindicais e entidades ligadas aos
137trabalhadores, porque a gente viu que não poderia fazer essa luta sozinho, sem o

138envolvimento dos trabalhadores que são de fato os principais atingidos pelos danos
139ambientais também. Aqui são alguns fóruns que a AGAPAN participa, que é o
140CONAMA, Conselho Nacional do Meio Ambiente, o Fórum Brasileiro de
141Organizações Não-Governamentais e Movimentos Sociais para o Desenvolvimento,
142o nosso CONSEMA, a APEDEMA, que é a Entidade maior que agrega as nossas
143entidades ambientalistas, que é a assembléia permanente das entidades em defesa do
144meio ambiente, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de
145Porto Alegre, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba e o Movimento Porto
146Alegre Vive, que agrega várias entidades comunitárias, associações de moradores
147que estão discutindo a modificação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e
148Ambiental de Porto Alegre. Aqui são os nossos contatos e estamos à disposição para
149qualquer questionamento. Muito obrigada. **Sr. Presidente:** Alguma pergunta?
150Alguma manifestação dos Conselheiros? Então, em nome do CONSEMA gostaria de
151agradecer à AGAPAN pela apresentação e entendemos que a AGAPAN é uma
152Entidade que muito engrandece o nosso Conselho e tem essa participação também no
153CONAMA. Então, vê-se que é um trabalho não de um dia, nem de dois, e
154entendemos que é fundamental que os nossos Conselheiros tivessem esse contato
155com as Entidades, até conhecer, eventualmente. Como é uma Entidade que também
156presta serviços, as Entidades aqui presentes, os órgãos governamentais, na medida
157que tiverem a necessidade de contratar alguma consultoria, sugiro, em nome do
158CONSEMA, que a gente dê preferência a essas Entidades que têm esse trabalho e, no
159caso, a AGAPAN é um exemplo desse trabalho, como os Amigos da Terra, que a
160Káthia apresentou na reunião passada. Em seguida poderíamos decidir quem poderia
161fazer uma apresentação aos Conselheiros na próxima reunião. Eu até tenho uma
162sugestão, que na próxima reunião, então, a gente trouxesse uma entidade
163governamental para fazer uma apresentação do que essa entidade está fazendo dentro
164da estrutura do Estado em nível de meio ambiente. Então, ia até provocar o pessoal
165do Batalhão Florestal, se aceitasse o desafio de na próxima reunião fazer uma
166apresentação do trabalho, não só do Batalhão Florestal, mas de toda a PATRAM, do
167trabalho que está sendo desenvolvido dentro da Secretaria de Segurança em relação
168ao meio ambiente, apoiando as entidades, não só do Estado, como dos municípios.
169Então, eu gostaria de consultar. **Sr. Pércio Brasil Álvares:** Sr. Presidente, Srs.
170Conselheiros, demais pessoas presentes, boa-tarde. Inicialmente, gostaria de dar uma
171notícia, de que o Batalhão de Polícia Ambiental da Brigada Militar foi extinto.
172Calma! Foi extinto, momentaneamente, mas já foi sucedido por uma nova estrutura,
173que é o Comando Ambiental da Brigada Militar. E subordinado a esse Comando
174existem hoje previstos três Batalhões, não mais um batalhão como era antigamente,
175mas três Batalhões de Polícia Ambiental, com responsabilidades sobre o território do
176Rio Grande do Sul. Então, acho que é até muito oportuna essa colocação para que a
177nova estrutura seja noticiada às pessoas. Eu acredito, vou levar isso ao Sr.
178Comandante, que não haverá problema de estruturarmos uma exposição a respeito
179dessa nova estrutura e das notícias mais recentes a respeito da Brigada Militar
180Ambiental. Ao ensejo da apresentação da senhora representante da AGAPAN, por
181tratar-se de uma organização não-governamental, Sr. Presidente, gostaria de

182consignar aqui uma pergunta e talvez um apelo, porque nos deparamos lá nos
183trabalhos da Câmara Técnica Jurídica com uma notícia de que um eventual subsídio
184que os representantes das organizações não-governamentais recebiam para virem
185participar dos trabalhos das Câmaras, não sei por que contingências, houve um corte
186nesse subsídio, nesse apoio. E como nós entendemos fundamental a participação das
187organizações não-governamentais, apelamos para que o Sr. Presidente interfira junto
188ao Sr. Secretário no sentido de haver uma revisão desses posicionamentos a respeito
189do apoio necessário à participação das organizações não-governamentais nos
190trabalhos do Conselho em suas Câmaras. Muito obrigado. **Sr. Presidente:** Eu
191gostaria de tranquilizar o Conselheiro, dizendo que esse assunto já está sendo
192discutido, será objeto da nossa reunião hoje, porque a apresentação do Fundo, em
193relação à normatização e implementação do Fundo tem justamente esse objetivo.
194Quando o CONSEMA foi criado não existia Secretaria. O que aconteceu? Quem
195pagava as despesas era o caixa da FEPAM. Com a criação da SEMA não houve essa
196migração e o Tribunal de Contas acabou apontando a FEPAM por estar efetuando
197um pagamento que não lhe cabia. Então, foi feita toda uma normatização e hoje é o
198final desse processo. O Renato, que é o Assessor Jurídico da SEMA, vai fazer em
199seguida uma pequena explanação, inclusive, uma orientação às ONGs de como
200devem agir daqui para frente para poderem ter as suas despesas ressarcidas. Eu
201espero ter respondido. Em relação ao assunto da apresentação não há problema.
202Então, dando continuidade à reunião, gostaria de colocar em discussão a aprovação
203da Ata da reunião anterior, que todos receberam via *e-mail*. Existe alguma
204observação? **1. Aprovação da Ata da 75ª Reunião Ordinária do CONSEMA. Sra.**
205**Káthia Maria Vasconcellos Monteiro:** Nós não recebemos nada. **Sr. Sérgio**
206**Cardoso:** Eu também não recebi nada. **Sr. Presidente:** Se vocês querem discutir na
207próxima reunião, por mim não há problema, podemos discutir a Ata na próxima
208reunião. Não foi via *e-mail* há três, duas semanas? **Sr. Sérgio Cardoso:** Eu não
209recebi. **Sr. Presidente:** Então, vamos conferir o *e-mail* do Sérgio, porque é
210fundamental que os *e-mails* funcionem. Então, em relação à Ata, face a esse
211problema, os Conselheiros aceitam que a gente faça a discussão e a aprovação na
212próxima reunião? Então, não havendo manifestação em contrário vamos colocar a
213apreciação da Ata da reunião passada na próxima reunião. **2. Comunicações.** Agora,
214Comunicações. Liliani, o material das Comunicações que eu vou ler gostaria que
215fosse repassado para todos os Conselheiros via *e-mail*, porque aí eles não precisam,
216necessariamente, anotar o que vou ler e todos terão conhecimento disso. A primeira
217comunicação: a Secretaria Executiva do CONSEMA, agora, está sediada na SEMA,
218antes estava sediada na FEPAM. Então, inclusive, agora há um *e-mail* que é
219consema@sema.rs.gov.br. Então, esse material a gente vai encaminhar para vocês
220depois, mas é importante. O telefone do CONSEMA é 3288-8127. Outra
221comunicação é em função de algumas dificuldades financeiras da SEMA, a
222Secretaria Executiva não mais passará fax ou cartas para as convocações das
223reuniões por motivos econômicos. Então, apenas a convocação da reunião do
224CONSEMA sim, agora, das Câmaras Técnicas, como antes era feito, não mais será
225feito dessa forma, será apenas por *e-mail*. **Sra. Káthia Maria Vasconcellos**

226**Monteiro:** Mesmo as Câmaras Técnicas, e quem não tem *e-mail*? **Sra. Liliani:** Será
227enviado via fax para quem não tem *e-mail*. **Sr. Presidente:** Outro assunto, os
228Conselheiros levantando a mão, gostaria de distribuir um convite, amanhã está
229iniciando um programa, uma parceria público privada entre o Governo do Estado e
230algumas empresas sobre educação ambiental dentro de um projeto chamado *Escola*
231*Aberta*. Então, o convite é a todos os Conselheiros. O nome do programa é *Agente*
232*Prevencionista*. Vocês devem ter visto alguma coisa que saiu na imprensa esta
233semana, o lançamento é amanhã, na FIERGS. O treinamento desses agentes, a
234primeira fase de treinamento vai acontecer amanhã, dia 18, e domingo, dia 19, no
235Centro de Convenções da FIERGS. Os nossos Conselheiros do CONSEMA estão
236convidados. Eu também gostaria de escolher um representante do CONSEMA para
237uma das mesas, só não recordo agora o horário dessa mesa, mas há uma mesa que,
238em princípio, o CONSEMA teria direito à indicar um representante para coordenar a
239mesa. Então, gostaria de receber uma indicação de quem se dispõe a comparecer no
240evento, é domingo a participação do CONSEMA para participar e coordenar essa
241mesa. Seria a mesa *Panorama Ambiental do Século XXI*, que teria o envolvimento da
242Secretaria da Educação, da Saúde e do Meio Ambiente, domingo, das 10h30min às
24311h30min, da manhã. Então, gostaria de saber quem do CONSEMA, quais dos
244Conselheiros se oferecem para coordenar essa mesa, para ser o nosso representante
245no evento? **Sr. Pércio Brasil Álvares:** O Comando Ambiental da Brigada Militar se
246dispõe. **Sr. Presidente:** Todos concordam? Há alguém em contrário? A outra
247comunicação é do Cláudio Frankemberg, da Câmara Técnica de Resíduos Sólidos,
248que solicitou, via *e-mail*, que a sua participação fosse até às 16h30min, devido a
249compromisso, porque nós pedimos para todos os Presidentes das Câmaras Técnicas
250virem na nossa reunião para fazer uma pequena explanação da situação da Câmara
251Técnica. Então, é outra comunicação que eu tenho. A Ilse Dicki, da Câmara Técnica
252de Controle e Qualidade enviou um relatório, via *e-mail*, os relatórios todos nós
253vamos passar via *e-mail* para os Conselheiros, porque aí todos terão
254acompanhamento das respectivas Câmaras Técnicas. A outra comunicação, naquela
255reunião onde foi aprovado o Município de Marau, ficou estabelecido que o
256Município deveria encaminhar uma documentação complementar em função do
257problema da poda de algumas árvores na cidade. Acusamos o recebimento, o
258CONSEMA recebeu e agora fará o encaminhamento desse projeto que eles
259apresentaram em relação aquele problema, um projeto compensatório de
260arborização, encaminharemos para o DEFAP. Faremos o encaminhamento, só
261deixando claro que o CONSEMA recebeu a documentação e que o Município
262atendeu o prazo que nós havíamos estabelecido. O Comitê Lago Guaíba comunica,
263por meio de ofício designou o Engenheiro Agrônomo Arcângelo Mordado como
264representante oficial da Câmara Técnica de Biodiversidade, como Suplente, em
265substituição à Bióloga Maria Mercedes Bendatini. Outra comunicação: o Secretário
266Executivo do Comitê Guaíba, por meio do Ofício n.º 08/05, de 09-06, indicou novo
267representante Suplente dos Comitês de Bacias na Plenária do CONSEMA, Sebastião
268Teixeira Corrêa, em substituição a Roberto Carlos da Silva Alves. A AGAPAN, por
269meio do Ofício n.º 28/05, de 13-06, solicitou a sua exclusão da Câmara Técnica de

270Gestão das Águas por incompatibilidade de horários com outra reunião. O
271Coordenador de base da ALGA, Geraldo, por meio do Ofício n.º 40/05, da data de
272hoje, solicita a distribuição, via *e-mail*, da matéria jornalística sobre a denúncia, o
273Ministério Público Estadual denunciou à justiça 17 pessoas por supostas fraudes na
274Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Caxias do Sul. Solicitou também que os
275referidos textos sejam inseridos na Ata do CONSEMA. Isso nós faremos na próxima
276reunião, porque a documentação chegou hoje, repassaremos a todos os Conselheiros
277e na próxima reunião faremos a leitura, até porque o representante da ALGA esteve
278na reunião, assinou a presença e se retirou. Então, deixaremos isso para a próxima
279reunião. Foram encaminhados à Secretaria Executiva do CONSEMA os seguintes
280processos, é só uma comunicação de que entrou na Câmara Técnica de Gestão
281Compartilhada o processo do Município de São Marcos. Também o Secretário
282Municipal de Meio Ambiente encaminhou para este CONSEMA o processo referente
283às ONGs, que em seguida passarei a palavra para o Renato, porque, provavelmente,
284esse assunto vai ter que ser discutido. E também o outro processo é referente ao
285processo de Santa Cruz, não tenho o teor aqui, mas o Município de Santa Cruz
286também encaminhou, e nós temos um processo de recurso de multa que é do
287Município de Venâncio Aires, e que estaremos encaminhando para a Câmara Técnica
288de Recursos Administrativos, para depois retornar a este Plenário. Também recebi a
289comunicação neste instante, o ofício é do Secretário, Ofício n.º 535/05-GAB, da data
290de hoje: *Compromissos anteriormente agendados impedem a minha presença no*
291*evento, na ocasião indico o Assessor Jurídico da Secretaria Renato Breunig para*
292*representar-me na referida reunião.* Então, desde já fica excluído o item da
293participação do Secretário, porque não pode estar conosco. O próximo item de Pauta
294é a Apresentação pela SEMA de como será operacionalizado o Fundo Estadual de
295Meio Ambiente. Então, Renato, por gentileza. **3. Apresentação pela SEMA de**
296**como será operacionalizado o Fundo Estadual do Meio Ambiente. Sra. Kátia**
297**Maria Vasconcellos Monteiro:** Eu acho que para garantir, não sei se teremos
298*quorum* na reunião, que tenhamos dois debates agora: um é em relação ao
299ressarcimento das despesas das ONGs do interior, porque não estão participando das
300reuniões do CONSEMA porque não estão sendo ressarcidos, não se sabe como vão
301ficar as despesas já realizadas. E esse é um assunto que já havia sido debatido em
302Plenária. Eu sugiro que esses dois assuntos sejam tratados no início da reunião
303enquanto se tem *quorum*. **Sr. Presidente:** Alguém em contrário à proposição da
304Kátia? Então, eu passaria a palavra para o Renato, porque o assunto passa também
305pelo assunto do Fundo, e em seguida passaríamos a deliberar sobre essa temática.
306Acho que o Renato já poderia no final da fala sobre o FEMA entrar no assunto da
307representação das ONGs, porque não sei como encaminhar o assunto. **Sra. Kátia**
308**Maria Vasconcellos Monteiro:** Algumas pessoas vão fazer questionamentos sobre o
309FEMA e outras sobre a questão das ONGs. Então, tratar isso de forma separada para
310que se possa realmente avançar, senão acaba-se misturando. **Sra. Edi Xavier**
311**Fonseca:** O nosso representante Guilherme Dorneles, foi instituído uma Câmara
312Técnica, o Fundo Estadual de Meio Ambiente. Ele pediu, solicitou, então, que
313apresentasse essa discussão, ela foi pautada dentro da Câmara Técnica, porque nós

314 não recebemos convite, somos membros da Câmara Técnica e não recebemos convite
315 para discutir esse tema, o Fundo dentro da Câmara Técnica. Então, a Câmara Técnica
316 está na Plenária do CONSEMA, existe uma Câmara Técnica de Fundo Estadual de
317 Meio Ambiente. **Sr. Presidente:** A informação que eu tinha, que essa discussão que
318 foi feita no Fundo é que surgiu de outros e que a Secretaria acabou produzindo. Foi
319 essa a informação que eu tinha e que o Fundo Estadual de Meio ambiente, a Câmara
320 Técnica teria concluído uma proposta e teria encaminhado para a Secretaria, e a
321 Secretaria teria usado esse trabalho feito por essa Câmara Técnica para a partir disso
322 deliberar o que o Renato vai colocar, que foi feita uma portaria, pelo menos foi essa a
323 informação que eu tinha, não sei se eu estou enganado. De repente o Dilda poderia
324 nos auxiliar, não sei se há alguma informação a mais, ou o próprio Renato. **Sr.**
325 **Renato Lauri Breunig:** Boa-tarde a todos. Sr. Presidente, foi efetivamente o que
326 aconteceu, e na última reunião já coloquei aqui também que nós só não havíamos
327 publicado ainda a portaria porque, primeiro, queríamos passar a notícia ao Conselho
328 de forma oficial, e foi apresentado. O que existe hoje? Quem sabe eu coloco um
329 pouquinho o que nós temos, aí o debate talvez fique até um pouco melhor. O FEMA
330 hoje existe, existe um Regimento, tem previsão legal, tem uma Comissão Executiva,
331 ainda não temos sala, estamos providenciando uma sala. Qual é o problema
332 principal? É justamente o ressarcimento das despesas das ONGs do interior. O que o
333 Secretário autorizou a passar aos senhores hoje? Que enquanto não tivesse ainda uma
334 sala, um local apropriado, a Assessoria Jurídica receberia por meio do *e-mail* da
335 Assessoria Jurídica orçamento já para dar início aos trabalhos de cada ONG, de
336 quanto já gastou e qual a previsão deste ano, para que fosse feito. Foi colocado
337 justamente na primeira reunião do FEMA, na Comissão, uma forma de viabilizar o
338 ressarcimento daquilo que já foi gasto e dos pendentes. Isso tudo dentro da
339 possibilidade do próprio Fundo, mas nós precisamos, primeiro, saber se existe
340 viabilidade, existe a vontade política, se existem recursos nós precisamos saber de
341 todas as ONGs quanto, qual é a previsão de gasto anual. Havendo isso nós
342 poderemos fazer o estudo, a própria Comissão vai fazer o estudo e vai viabilizar o
343 pagamento dentro do caixa disponível. Ano que vem, no início do ano, todas as
344 ONGs já farão esse relatório, aí o fluxo fica normal. Por enquanto, como não existe
345 uma sala específica, não existe ainda um *e-mail* específico, é [assessoria-
346 juridico@sema](mailto:assessoria-juridico@sema). É para lá que todos podem enviar qualquer questão relativa ao
347 FEMA. Eu acredito que, possivelmente, ainda neste mês teremos a sala e também
348 teremos já um *e-mail* específico, e a primeira reunião da comissão. **Sra. Kátia**
349 **Maria Vasconcellos Monteiro:** Quero esclarecer que quando se fala em
350 ressarcimento de despesas, a gente está falando aqui do CEA, uma passagem de
351 ônibus que sai de Pelotas e para voltar a Pelotas custa em torno de R\$ 80,00 e mais
352 uma despesa com alimentação. Eu não acredito que tenha que se esperar o orçamento
353 reestruturar tudo para fazer o ressarcimento de despesas desse tamanho. **Sr. Renato**
354 **Lauri Breunig:** Vocês têm que nos apresentar. **Sra. Kátia Maria Vasconcellos**
355 **Monteiro:** O pessoal, apresentadas essas notas de despesas, ou seja, baixíssimas,
356 porque não é nenhuma diária, é ressarcimento de despesa. Então, é uma despesa que
357 sai pesado para uma pessoa que tem um salário, mas para uma estrutura de Governo

358R\$ 150,00 não custa nada. Agora nós vamos ter que fazer toda uma burocracia,
359enquanto o FEMA não está nem estruturado ainda. Gostaríamos que houvesse mais
360agilidade com esse tipo de assunto, é um assunto extremamente delicado. É a
361primeira vez que está acontecendo, nós já tivemos problemas seríssimos no
362CONSEMA, debates ferrenhos, posições totalmente antagônicas com o Governo com
363relação à posição das ONGs, mas esse tipo de coisa nunca aconteceu. Então,
364realmente, estou estarecida, extremamente surpresa, essas Entidades não têm
365orçamento, na sua maioria são voluntários, vão ter que fazer um orçamento, pesquisa
366de preço para ver quantas reuniões a Câmara estava-se reunido. **Sr. Presidente:**
367Káthia, entendo a tua colocação, antes do Renato tomar a palavra vou tentar
368esclarecer, porque eu acho que a forma de se expressar que não foi a mais clara. O
369que o Renato está dizendo foi o seguinte: por meio do *e-mail* as ONGs encaminhem
370a previsão de despesa que vocês têm. Como você falou, para o CEA vir de Pelotas
371até aqui, temos que vir a duas, ou três reuniões, escrevem para ele, porque ele vai ter
372que abrir uma dotação orçamentária lá. **Sr. Renato Lauri Breunig:** Principalmente
373daquilo que já passou. **Sr. Presidente:** Aquilo que já passou é outra história, acho
374que não vamos misturar as coisas, não vamos misturar porque o que já passou vai ser
375objeto de um processo, não é assim. o que já passou ninguém vai poder pagar coisa
376atrasada sem documentação, não é assim, calma! Todos aqui que já trabalharam em
377gestão pública sabe que não é. O que passou, vai ter que ser juntada a documentação
378e encaminhada para lá, e vai ser feito o julgamento daquele processinho e vai ser
379pago. Agora, para isso vai ter que ser juntado o custo disso. agora, o que está-me
380preocupando mais neste momento, Káthia, e o que está-me agonizando mais, é de
381resolver, na próxima reunião eu não gostaria que nenhuma ONG viesse aqui dizer:
382*não fui na reunião, Valtemir, porque não tenho como ressarcir minhas despesas.* A
383primeira coisa que eu gostaria de fazer hoje, que gostaria de deixar, por isso achei
384importante a participação do Renato para ele dizer, para vocês encaminharem via *e-*
385*mail* para ele, porque ele vai gestar isso, qual a despesa que cada Entidade tem para
386vir nas próximas reuniões. Isso é o que tem que ser feito. A sugestão que eu vou dar
387é que na próxima reunião aquelas Entidades que não tiverem os seus respectivos
388ressarcimentos, tragam o que gastaram durante este ano de 2005, aí protocolem junto
389ao Fundo, que até lá, provavelmente, vai ter isso estruturado, para que cada um tenha
390o seu processo julgado. Infelizmente, é assim, pelo menos, salvo melhor juízo, posso
391estar errado, mas entendo que seria assim. **Sra. Káthia Maria Vasconcellos**
392**Monteiro:** Valtemir, o ressarcimento das despesas sempre foi feito mediante
393comprovação, com recibo e com notas fiscais. Então, a comprovação disso sempre
394foi assim, senão tivesse esses comprovantes as despesas não eram ressarcidas. Então,
395isso tem que ser deixado bem claro, que esse sempre foi o procedimento, não vai ser
396a partir de agora. **Sr. Presidente:** Só que o procedimento estava errado, infelizmente,
397porque o Tribunal de Contas apontou isso como erro. Está aí o Dilda que pode dizer.
398O Tribunal de Contas apontou isso que estava errado. Então, agora, temos que fazer
399certo. Eu não sei como fazer certo, o Renato está aí, está tentando dar um
400direcionamento para fazer certo. E eu entendo que uma coisa é o imediato, para a
401próxima reunião, quem tem necessidade de ressarcimento de despesa, encaminha um

402e-mail para o Renato: *as minhas despesas vão ser de R\$ 80,00, R\$ 70,00, R\$ 100,00.*
403Na próxima reunião a pessoa vai trazer o recibo, ou alguma coisa para que se houve
404a possibilidade de já imediatamente ressarci. Quanto ao passado eu entendo que tem
405que ser juntadas todas as despesas efetuada e tem que ser aberto um pequeno
406processo, aí o Renato, como assessor Jurídico da SEMA, vai dar um parecer. O
407Fundo vai-se reunir e vai deliberar sobre o assunto. Ninguém aqui está dizendo que
408não vai ser pago, só que o procedimento técnico-administrativo vai ter que ser
409correto. Isso é o que está-me preocupando mais. **Sra. Káthia Maria Vasconcellos**
410**Monteiro:** Tudo bem, Valtemir, concordo contigo, só quero deixar claro que esse
411comprovante de despesas sempre foi apresentado, não foi feito ressarcimento no
412verbal: *gastei tanto e tu me dás tanto.* Só para deixar claro para a Plenária do
413CONSEMA que as coisas seguem normas administrativas e que as pessoas para
414serem ressarcidas de qualquer ONG, não só o CEA, a ALGA, sempre prestaram
415contas. Isso sempre foi feito e assim tem que continuar a ser feito, isso é
416fundamental. É só esse esclarecimento que eu faço. **Sr. Renato Lauri Breunig:** Para
417evitar ter que na próxima reunião do CONSEMA e das Câmaras Técnicas tenhamos
418novamente que ter a ausência das ONGs por falta desse pagamento, é que estamos
419propondo, desde que vocês aceitem, essa forma emergencial de relacionamento. Até
420porque o FEMA tem uma Comissão, e hoje a Coordenação está aberta, porque o
421Coordenador que foi nomeado em 2003 pediu afastamento e o Secretário não
422nomeou o novo. Estava tratando juntamente com o Dilda também, conversando com
423ele quem vai ser o novo Coordenador do FEMA. É ele quem deveria estar aqui,
424como hoje não existe Coordenador está o Assessor Jurídico da Entidade, mas na
425próxima reunião acredito que ele mesmo venha aqui e discuta com vocês: o
426procedimento dele vai ser assim, quais são as propostas de vocês, leva na Comissão,
427aprova e está tudo resolvido. Então, é essa a questão. O que existe é o seguinte:
428existe uma disposição na Secretaria de manter esse relacionamento, de manter com
429que as reuniões do CONSEMA funcionem, que tenham *quorum*, que tenham *quorum*
430de 100% se possível. E vai ser feito todo um esforço para que já utilizando o dinheiro
431do Fundo, na próxima reunião, vocês já tenham o ressarcimento pelo menos da
432próxima reunião. **Sr. Presidente:** Então, ficou claro para todos, para todas as
433pessoas, as ONGs, de que é necessário entrar em contato com o Renato na Assessoria
434Jurídica da SEMA em relação ao ressarcimento das despesas? **Sra. Káthia Maria**
435**Vasconcellos Monteiro:** As Entidades que não estão hoje têm que ser comunicadas,
436as ONGs que vão ser ressarcidas têm ser avisadas formalmente do procedimento. **Sr.**
437**Presidente:** Renato, vou-te pedires para fazer uma comunicação e a Liliani manda
438por *e-mail* para todas as Entidades que estão no Conselho. Só gostaria que você
439fizesse e a Liliani encaminha, fica sob responsabilidade tua. Então, esse assunto está
440encaminhado? Quanto ao futuro gostaria de já pedir, estamos em junho, passando
441para julho, gostaria de pedir que todas as Entidades pensassem quanto é esse custo
442de ressarcimento e despesas para o ano de 2006, para que a gente possa botar isso no
443orçamento de 2006. Então, para o ano de 2006 há a necessidade de termos dotação
444orçamentária no Fundo. Então, gostaria de já pedir, estamos em junho, até o final de
445agosto esse número de cada Entidade tem que estar com o Renato e com o Fundo

446para que possamos botar no orçamento do Estado. **Sr. Renato Lauri Breunig:** Sr.
447Presidente, espero que até agosto esteja com o Coordenador. O Renato não vai ser o
448Coordenador. **Sr. Presidente:** Aproveitando a presença do Renato gostaria de entrar
449na proposição da Káthia em relação à forma como está sendo conduzida a indicação
450das ONGs para o Conselho, porque a legislação que criou o CONSEMA
451simplesmente disse que haveria ONGs. Existia um acordo de cavalheiros onde as
452ONGs eram indicadas pela APEDEMA, se eu estiver enganado vocês me corrijam.
453Renato, esse é o esclarecimento que tem que ser dado ao Conselho, se você quiser ler
454o parecer que foi emitido aqui sobre o assunto. Houve a substituição de uma ONG
455por outra e não houve o segmento desse procedimento. Então, gostaria de um
456esclarecimento em relação a esse assunto, e abrir o debate sobre esse tema, mesmo
457que não esteja na Ordem do Dia, mas, realmente, é necessário, porque acabou
458gerando a saída de uma Entidade do Conselho e entrando outra. Eu gostaria desse
459esclarecimento e os nossos Conselheiros tenho certeza que também gostariam.
460Renato, por favor. **Sr. Renato Lauri Breunig:** Esse processo chegou até a
461Assessoria Jurídica da SEMA justamente com o questionamento do CONSEMA a
462respeito da legalidade da indicação de uma Entidade não-governamental que não
463tivesse sido indicado pela sua associação, ou o seu conjunto. Essa Entidade,
464especificamente, foi indicada com a assinatura do Sr. Governador, com o parecer
465jurídico da Casa Civil e nós, na Secretaria, reanalisamos a situação e chegamos a
466mesma conclusão. O que existe, ou existia até ontem era um acordo de cavalheiros
467não obrigatório de indicação. As ONGs reunidas indicavam uma para representá-la
468aqui no CONSEMA. Não posso dizer como ou porque dessa vez foi indicada pelo
469Governador outra que não aquela, ou que não tivesse anteriormente passado pelo
470crivo de suas coirmãs. Acontece que legalmente o Governador não está obrigado a
471respeitar essa indicação, e houve a indicação, houve a publicação, não existe vício de
472ilegalidade. E hoje existe um parecer jurídico da Assessoria Jurídica da SEMA, mas
473que, anteriormente, já havia sido expedido um parecer no mesmo sentido da
474Assessoria Jurídica da Casa Civil. Então, da nossa parte, da parte da Secretaria, da
475parte do Jurídico que faz parte da Secretaria, legalmente, não há vício nenhum, vício
476legal. Então, seria mais uma questão das Entidades conversarem, talvez, entre si, ou
477fazer uma proposição direto ao Governo, ao Piratini. **Sra. Káthia Maria**
478**Vasconcellos Monteiro:** Realmente, se formos analisar a lei, não há uma obrigação
479do Governador ouvir o colegiado das ONGs ambientalistas. No entanto, há um
480acordo de cavalheiros, há uma praxe em todo o Brasil para que toda e qualquer
481eleição de representação das ONGs ambientalistas seja feita por meio dos seus
482coletivos. Quando foi feito um debate sobre o Regimento Interno do CONSEMA, no
483Governo passado, eu lembro que já colocávamos essa questão. Isso não foi alterado
484porque teria que ser mudada a lei de criação do CONSEMA, e na época a nossa
485solicitação não foi atendida por questões que o Governo entendeu melhor não mudar
486a lei. Então, não vou entrar no mérito dessa ONG, até porque não conheço. Nós
487temos ONGs e ONG é uma denominação muito abrangente. Para termos uma idéia o
488Lar de Santo Antônio dos Excepcionais é uma ONG, poderia estar no CONSEMA,
489basta o Governador querer. E por aí vai, não vamos questionar quem está. Existe um

490acordo de cavalheiros e talvez o Sr. Governador não tenha conhecimento desse
491acordo, não tenha conhecimento de como as coisas funcionam no âmbito nacional
492com relação às indicações das ONGs para os diversos Conselhos. E nós, realmente,
493consideramos que é fundamental a revisão nesse processo da indicação dessa ONG.
494Nós temos um coletivo que vai estar-se reunindo amanhã, aqui nesta sala, já temos
495mais de 40 pessoas de todo o Estado confirmadas para participar desta reunião. Se os
496senhores quiserem participar e assistir a reunião nós estaremos aqui, amanhã, a partir
497das 10 horas da manhã. E, realmente, é uma situação muito constrangedora para nós.
498Como eu já disse, este Conselho existe há vários anos, nós já tivemos vários embates
499com os vários Governos por divergências sérias na questão do trato ambiental, e esse
500tipo de ação nunca aconteceu. Isso nos deixa muito preocupados, porque é uma série
501de coisas, de coincidências, ou não, que vêm acontecendo e que só tendem a
502enfraquecer o CONSEMA. Se o CONSEMA hoje, do Rio Grande do Sul, é
503reconhecido em todo o Brasil pela sua seriedade, isso a partir dos últimos meses, nós
504mesmos das ONGs começamos a nos questionar. Então, realmente, o que temos que
505pedir para a Secretaria de Meio Ambiente é para que interceda junto ao Governo do
506Estado. Aí as ONGs poderão estar presentes, a Coordenação da APEDEMA, que vai
507ser eleita amanhã, poderá participar de uma reunião com o Sr. Governador, mostrar o
508trabalho das ONGs ambientalistas, explicar. Nós temos um conceito de Entidade
509ambientalista no Rio Grande do Sul, de onde surgiu isso, porque isso, mostrar a
510história das Entidades ambientalistas e realmente reverter, porque só a questão legal
511não dá o devido crédito que este CONSEMA merece e sempre tem. **Sra. Edi Xavier**
512**Fonseca:** Eu gostaria de saber qual foi a irregularidade encontrada no pedido do
513Núcleo Amigos da Terra, porque, na verdade, o Núcleo Amigos da Terra pediu uma
514substituição de Titular e Suplente, eles encaminharam os nomes do Titular e
515Suplente para serem substituídos e foi substituída a Entidade. Então, gostaria de
516saber qual foi a análise feita. Gostaria de saber qual o erro que houve, porque
517qualquer Entidade a qualquer momento pode substituir o seu Titular e o seu
518Suplente, e me parece que os Amigos da Terra fizeram isso, pediram uma
519substituição de membros e acabou ocorrendo a substituição da Entidade. Por que
520isso? E queria aqui deixar registrado também a nossa indignação, porque este
521Governo tem quebrado protocolos importantes. O outro Governo era no fio do
522bigode, a palavra no fio do bigode, este Governo não tem bigode, mas me parece que
523não tem palavra também, porque algo de tão importante que é a palavra, e a palavra
524registrada, principalmente, de um acordo que foi feito de que a nossa representação,
525a simples indicação das Entidades ambientalistas, tanto quanto a sua renovação,
526sempre fosse indicada pelo nosso coletivo, que é a APEDEMA. Ela não foi
527respeitada e nós gostaríamos até de uma posição formal por parte do Governo e
528porque isso não foi respeitado. Esse acordo registrado, muito mais do que uma
529palavra, algo que está registrado nas Atas do próprio Conselho. A primeira
530intervenção seria essa. **Sr. Renato Lauri Breunig:** A justificativa da casa Civil foi
531justamente a questão do rodízio de Entidades, não de representantes de Entidades. É
532somente interpretação legal, mas essa é a parte mais técnica. A questão do
533questionamento sobre como talvez reverter essa situação, posso adiantar ao senhores

534que antes de assinar esse parecer eu fui conversar com o Secretário. Tendo um pouco
535de sensibilidade a gente nota que alguma coisa talvez não ocorreu como vinha
536ocorrendo, não sei se certo ou errado, mas não era o normal. O que ficamos limitados
537é na questão da legalidade. E a sugestão do Secretário foi justamente essa que ao
538final eu iria colocar aos senhores, de que as Entidades reunidas solicitassem uma
539audiência com o Sr. Secretário, ele prontamente irá recebê-los e encaminhar uma
540audiência junto ao Governador do Estado. Ele sabe do problema e está aberto. **Sr.**
541**Presidente:** Káthia, tu tomaste conhecimento desse processo, desses documentos?
542Se tu quiseres acesso está disponível na Secretaria Executiva e obter xérox de todo o
543processo. Aqui, no início, você encaminha no início do processo a indicação, aí é
544encaminhado à Casa Civil e eles emitem um parecer datado de 1º-03-05, onde
545alegam nos termos do parágrafo único, do artigo 8º, da Lei n.º 10.330: *o mandato*
546*dos representantes do colegiado será de dois anos*. Aí eles, teoricamente, indeferem
547a recondução. Salvo melhor juízo, acho que há uma controvérsia, a lei não está tão
548clara porque a lei aqui, pessoalmente, até procurei o item e diz assim: *O CONSEMA*
549*terá cinco representantes de Entidades ambientais de caráter estadual ou regional*
550*constituídas a mais de um ano*. Isso diz no artigo 8º, do nosso CONSEMA. E lá no
551parágrafo 5º, desse mesmo artigo: *Os representantes dos órgãos e Entidades que*
552*trata o parágrafo primeiro desse artigo, e seus Suplentes, serão indicados por suas*
553*respectivas Entidades e nomeadas pelo Governador*. E no parágrafo primeiro fala
554que são os membros, aí não fala a Entidade, fala *os membros*, mas a posição tomada
555foi essa. Gostaria de deixar claro que esse expediente foi assinado pelo Sr. Vice-
556Governador, não foi assinado pelo Governador, o Governador em exercício. Gostaria
557de deixar registrado isso, porque já tivemos outros problemas aqui no nosso
558Conselho. Eu entendo que o assunto tem que voltar a ser discutido. Só gostaria de
559consultar, a Entidade Amigos da Floresta se encontra entre nós? Gostaria que
560também se manifestasse no sentido de uma próxima reunião fosse-nos apresentado
561também um breve relatório das atividades desenvolvidas, e se possível que pudesse-
562se integrar à APEDEMA, no sentido de ser mais uma Entidade para evitar esse mal-
563estar que estamos-nos digladiando. Acho que não há interesse de nenhum de nós,
564muito menos desta Presidência, e também entendo que muito menos do Governo, e
565muito menos das Entidades ambientalistas. E também gostaria de ressaltar que nesse
566processo, dia 23-03 o Dilda se manifestou, e aqui tenho o Ofício CONSEMA n.º
567014/05, esse ofício é encaminhado ao Sr. Secretário. Portanto, 23-03-05, onde o
568Dilda diz em um dos itens: *Alertamos que até a presente data havia uma praxe das*
569*Entidades ambientais serem indicadas pela APEDEMA para integrarem o*
570*CONSEMA*. Isso posto, rogamos vossos préstimos, visamos elucidar essa indicação
571da Entidade Ambientalista Amigos da Floresta para o CONSEMA. Então, para a
572gente conseguir passar para os Conselheiros toda a informação. Eu realmente não sei
573como conduzir esse assunto daqui para frente, gostaria até de ter sugestões do
574Conselho. **Sr. Doadi Antônio Brena:** Sr. Presidente, com sua permissão gostaríamos
575de colocar aqui o que já dissemos em outra oportunidade, que a nossa Entidade tem
576já três anos de existência, foi criada em 2002, e dentro desse escopo satisfaz as
577exigências legais para participar do CONSEMA. Nós buscamos as informações sobre

578 como poderíamos nos qualificarmos para obter um assento neste Conselho, foi-nos
579 indicado os caminhos como deveriam ser procedidos. Encaminhamos a
580 documentação nesse sentido e fomos nomeados, com isso, então, aqui estamos
581 dentro das circunstâncias que se apresentaram. Não queríamos, evidentemente, criar
582 problemas e conflitos com as demais Entidades, não sabíamos, inclusive, da
583 existência dessa associação. Para nós também foi surpreendente termos a publicação
584 do nosso pleito atendida em um tempo bastante curto. Nós estamos aqui também
585 dispostos a discutir a situação, para que isso não venha a trazer nenhum prejuízo para
586 este Conselho. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Só quero colocar que foi feita uma
587 modificação no item *i*, do Regimento Interno, da lei do CONSEMA, para demonstrar
588 o caráter democrático das Entidades ambientalistas. Quando a lei foi criada estava
589 nominada em lei a AGAPAN, o CEA, a FEPAM e o GESP, as cinco Entidades que
590 pertenceriam ao CONSEMA. Nós solicitamos, então, quando houve a notificação da
591 criação da SEMA, enfim, em 99, e a mudança no Regimento Interno. Então, não se
592 denominasse as Entidades ambientalistas, que colocasse *cinco Entidades*
593 *ambientalistas eleitas pelo seu coletivo*, o que na época, enfim, o Secretário de Meio
594 Ambiente não quis que colocasse o nome da APEDEMA explicitamente, mas ficou
595 na lei: *cinco representantes de Entidades ambientalistas de caráter estadual ou*
596 *regional, constituídas a mais de um ano*. Estou querendo dizer que isso demonstra o
597 caráter democrático das nossas participações em colegiados. Infelizmente, com essa
598 nossa democracia ela não foi respeitada pelo Governo, pela segunda vez pelo nosso
599 Vice-Governador, que é um ecologista, inclusive, membro da AGAPAN, foi
600 Conselheiro da AGAPAN. É uma pessoa que não desconhece, então, as normas e as
601 questões ambientais. Surpreende-me esse ato dele novamente, tanto no caso do
602 Parque Delata do Jacuí como agora em relação a essa substituição de uma Entidade
603 que tem um reconhecimento. Acredito que o Vice-Governador não desconheça o
604 trabalho dos Amigos da Terra, porque era a DFG, uma Entidade com bastante
605 atuação e respeitada no Rio Grande do Sul. Então, a gente fica surpreso, para não
606 dizer outro termo com essa atitude o nosso Vice-Governador Antônio Holffeld. **Sr.**
607 **Renato Lauri Breunig:** Só para concluir, salvo se alguém quiser que eu esclareça
608 mais alguma coisa, colocar que tanto a Assessoria Jurídica, quanto o Secretário e a
609 SEMA, no parecer teve que se abster na questão da legalidade. E no obstante, de
610 modo pessoal, nós temos o nosso próprio sentimento, entendemos a questão no todo,
611 e por esse motivo que sugerimos, então, já que saiu da questão da legalidade e entra
612 na questão política que as Entidades, então, reunam-se e peçam uma audiência com o
613 Secretário. Façam aquilo que entenderem que seria o possível na área política,
614 legalmente não há nada que possa ser feito, infelizmente. **Sra. Káthia Maria**
615 **Vasconcellos Monteiro:** Com toda certeza nós vamos tomar todas as atitudes
616 necessárias para reverter esse caso, não que, necessariamente, a Amigos da Terra
617 tenha que participar deste CONSEMA, mas que a indicação das cinco Entidades seja
618 sempre feita pela APEDEMA. Nós vamos tratar em todos os âmbitos disso,
619 inclusive, no jurídico, porque mesmo o que está escrito seja uma coisa, a prática é
620 outra e isso muitas vezes pode ser revertido legalmente. E amanhã a gente começa a
621 tratar disso oficialmente, então, no âmbito das Entidades ambientalistas do Estado do

622Rio Grande do Sul. E como eu disse, quem quiser participar da reunião, nós
623estaremos aqui amanhã, a partir das 10 horas. **Sr. Presidente:** Desde já gostaria de,
624então, retomar o assunto que vem à tona em função disso, Kátia e AGAPAN
625também, prova de que temos que mexer na lei. E este Conselho, no período que o
626Dilda esteve de Presidente, criou uma Câmara Técnica para estudar um grupo de
627trabalho, no sentido de apresentar uma proposta. Então, gostaria de retomar aquele
628assunto, pedir ao Conselho autorização para retomar aquele grupo de trabalho. Na
629verdade, o que aconteceu? Acho que o assunto que o assunto ficou em discussão oito
630meses, ou nove meses, e somente houve duas propostas. Então, vou sugerir, para a
631próxima reunião vou apresentar a proposta de um grupo de trabalho para apresentar
632uma alternativa ao Conselho. Não mais se reunir para discutir, mas trazer ao Plenário
633do CONSEMA uma proposta de alteração da 10.330, e de repente até contemplando
634esse assunto, Kátia, que vem-nos trazer aqui a fazer essa discussão. Se os
635Conselheiros aceitarem, o encaminhamento que eu daria seria esse, e até a próxima
636reunião conversaria com alguns dos interlocutores que trabalharam naquele grupo de
637trabalho para daí elaborarmos uma minuta de uma proposta de alteração para ser
638discutida em Plenário. Aí faz-se os trâmites normais, encaminha-se para a Casa Civil.
639**Sr. Clóvis Zimmer:** Gostaria de um esclarecimento também, a FIERGS faz parte
640dessa Câmara Técnica. E dentro do Conselho de Meio Ambiente da FIERGS, o
641CODEMA, a gente finalizou a revisão dessa proposta, a proposta está pronta, pela
642parte da FIERGS vai ser remetida justamente de volta para a Câmara Técnica. Então,
643não sei se seria adequado para a próxima reunião. É uma proposta de legislação bem
644diferente do que é hoje, mas que eu acho que seria de bom tamanho como proposta.
645**Sr. Presidente:** Eu entendo que a FIERGS deveria encaminhar isso para a
646Presidência do Conselho, porque esse grupo técnico foi extinto. Então, teria que
647encaminhar a proposta da FIERGS para a o CONSEMA e será juntada com as outras
648propostas que temos. Faríamos um grupo de sistematização e aí traríamos o assunto
649para a Plenária do CONSEMA, aí as deliberações seriam em Plenária. Se todos
650concordarem daríamos o encaminhamento dessa forma. **Sr. Pércio Brasil Álvares:**
651Nesse sentido nós vemos como invencível essa questão senão houver alteração na
652lei. Nessas questões de Estado, ou é a constitucionalidade, ou é a legalidade,
653basicamente, que pesa e determina. Infelizmente, apesar muitas vezes até da
654indignação, da revolta de alguns momentos, nós, de repente, temos que ser bem
655práticos e objetivos. Eu acho que se não for enfrentada essa questão da legalidade, de
656mudar-se a lei, então, e é um processo político essa de mudança da lei, acho que a
657questão é invencível. Muito obrigado. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Valtemir, só dizer
658que como a AGAPAN foi uma das Entidades proponentes da alteração da resolução
659da lei do CONSEMA, nós gostaríamos de participar, então, nesse trabalho, nessa
660sistematização. **Sr. Presidente:** Certamente, eu ia deixar isso para a próxima reunião,
661a minha idéia era de convidá-la para ser a Relatora da sistematização, mas isso seria
662na próxima reunião. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** E em relação ao ponto de Pauta
663anterior, não sei se nesta reunião vamos discutir, mas gostaria de saber, depois do Dr.
664Renato, quais seriam as competências, então, da Câmara Técnica do Fundo Estadual
665de Meio Ambiente e esse grupo criado aqui na SEMA do Fundo? **Sr. Presidente:** Eu

666 não sei se a Câmara Técnica não se extinguiu, o prazo não se extinguiu. **Sra. Edi**
667 **Xavier Fonseca:** A Câmara Técnica não, é permanente, Câmara Técnica Permanente
668 do Fundo Estadual de Meio Ambiente. **Sr. Presidente:** É que a Câmara Técnica,
669 pelo que eu entendo, vai, na verdade, estabelecer as diretrizes onde serão
670 efetivamente investidos os recursos que estarão no Fundo. Só que em função do
671 Fundo não estar regulamentado, que agora, em função da portaria estará, a partir de
672 agora a Câmara Técnica começa a ter efetivamente demanda. Ou seja, as Entidades
673 poderão, primeiro, entendemos que deveria ser criada uma normativa. **Sra. Edi**
674 **Xavier Fonseca:** Ela participou de toda a elaboração, de toda a discussão, a gente
675 não entendeu porque a Câmara Técnica ficou fora nesse momento. **Sr. Presidente:**
676 Segundo o relato feito pela Assessoria Jurídica da SEMA, esse assunto aconteceu em
677 função de que a competência legal não era do CONSEMA e sim do Secretário de
678 Estado. De repente o Renato poderia esclarecer, mas a Câmara Técnica, na verdade,
679 não ficou de fora, mas, também, tornou-se inoperante em relação ao assunto, mas
680 porque a competência legal não nos cabia. Então, a competência legal é da SEMA.
681 **Sr. Renato Lauri Breunig:** Eu acho que isso ainda tem que ser definido um pouco,
682 mas entendo que a Câmara Técnica, não há necessidade dela ser extinta, até porque
683 ela pode, no mínimo subsidiar e auxiliar muito a Comissão que irá fazer a
684 administração executiva do Fundo. Então, acredito que ela mantém a sua
685 necessidade, a sua viabilidade e também vai ser muito útil. Assim que for nomeado o
686 próximo Coordenador e for feita a primeira reunião, com certeza, faremos com que,
687 ou diligenciaremos no sentido de que a Câmara seja convidada para participar e
688 comece a interagir com a Comissão. **Sr. Presidente:** Qual o valor que nós dispomos
689 de dotação orçamentária no Fundo? **Sr. Renato Lauri Breunig:** Não posso adiantar
690 porque não também não sei. Eu sou Assessor Jurídico, não sou Coordenador do
691 Fundo, ainda não tive acesso, mas já está sendo verificado pelo Diretor
692 Administrativo. **Sr. Cláudio Dilda:** Eu só queria reforçar a importância da
693 oportunidade de passado esses anos todos do funcionamento deste Conselho, fazer
694 exatamente as adequações que o grupo de trabalho já começou a discutir lá no ano
695 passado. E que conforme nós percebemos na sucessão das nossas reuniões, existem
696 situações que, efetivamente, precisam ser bem elucidadas para evitarmos
697 multiplicidade de interpretações e permitir, pois, um funcionamento mais tranquilo.
698 Não que não deva haver debate, acho que é no debate, é na discussão que surgem as
699 soluções bem significativas e sólidas, mas como regramento do funcionamento, bem
700 como a verificação da oportunidade de abertura para mais Entidades, acho que é
701 oportuno nós revermos. **Sr. Presidente:** Então, entendemos que esse assunto que
702 estava em Pauta está vencido. Como existe pedido de alguns Conselheiros, alguns
703 Presidentes de Câmaras Técnicas teriam que se ausentar, consulto o Plenário se
704 poderíamos fazer, rapidamente, o relato das Câmaras Técnicas para depois falarmos
705 do SIGA? Os Conselheiros concordam? Então, em relação às Câmaras Técnicas, na
706 verdade, gostaria que os Presidentes presentes se manifestassem e que o relatório,
707 propriamente dito, passaríamos por meio da nossa Secretaria Executiva, por *e-mail*,
708 para todos os Conselheiros. Pode ser assim? Então, pediria para que os Presidentes
709 presentes se manifestassem, faríamos um relato de aproximadamente 5 minutos para

710 cada um. Eu começaria pelo Maurício, poderiam já vir os Presidentes para frente,
711 faríamos a manifestação, depois o relatório seria passado por *e-mail*, e as dúvidas,
712 provavelmente, a gente iria esclarecendo nas próximas reuniões. **6. Participação dos**
713 **Presidentes das Câmaras Técnicas do CONSEMA. Sr. Maurício Colombo:** Srs.
714 Conselheiros, a Câmara Técnica Permanente de Gestão das Águas é composta por 14
715 Entidades. O cidadão aqui ficou abismado, mas são 14 Entidades. Então, está sendo
716 muito difícil, desde o ano passado, conseguirmos realizar uma reunião. Por quê?
717 Porque no ano passado duas Entidades nunca compareceram, e no ano de 2005, de
718 janeiro até junho, quatro Entidades nunca compareceram. **Sr. Sérgio Cardoso:** O
719 senhor pode citar quais são? **Sr. Maurício Colombo:** No ano passado as duas
720 Entidades que nunca compareceram foram: SINDIÁGUA e a SOPS – Secretaria de
721 Obras Públicas e Saneamento. E neste ano não compareceram a SEMA, a FAMURS,
722 o SINDIÁGUA e o IBAMA. Então, está muito difícil de conseguirmos trabalhar.
723 Desculpe-me, Sr. Presidente, mas fui questionado por um Conselheiro, tive que
724 responder. **Sr. Presidente:** Assim como vocês têm problemas nós também temos. **Sr.**
725 **Maurício Colombo:** Outra questão que está sendo muito questionada pelos
726 membros da Câmara Técnica é em relação ao papel dessa Câmara Técnica. Essa é
727 uma Câmara Técnica do CONSEMA e no ano de 2004, e no período agora, até junho
728 de 2005, não houve nenhuma demanda do CONSEMA para essa Câmara Técnica,
729 inclusive, a Resolução n.º 100/05, deste Conselho, não passou pela Câmara Técnica.
730 Então, eu como Presidente tenho que convencer as pessoas, acredito que não é o meu
731 papel, mas tenho que convencer os membros da Câmara Técnica a comparecerem às
732 reuniões. Às vezes, deixam de fazer outras coisas, enfim, e não tem *quorum*, não tem
733 demanda, a Presidência tem que criar Pauta, que eu acredito que não é o caso. Com
734 relação a essas faltas eu acho que o Conselho tem que determinar o que se vai fazer,
735 se aplica o Regimento, enfim, e a quantidade das Entidades. Essa é a grande dúvida
736 que temos devido ao não-comparecimento, já que o *quorum* para ter uma reunião são
737 8, de 14 não vêm 4, mais um ou outro que não vêm. Era isso, Sr. Presidente,
738 obrigado. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Só para dizer que a AGAPAN pediu exclusão
739 dessa Câmara Técnica, apesar do nosso problema não ser de faltas à Câmara Técnica,
740 participamos de todas as reuniões, mas por uma deliberação do grupo em instituir as
741 reuniões da Câmara Técnica às segundas-feiras os nossos representantes não podem
742 participar. Então, muitas vezes as pessoas faziam um sacrifício, vinham na segunda-
743 feira e não tinha *quorum*. Então, nós pedimos a partir da reunião de segunda-feira,
744 agora, a nossa exclusão dessa Câmara Técnica. **Sra. Rosa Maria Schlichting:** Sr.
745 Presidente, com licença. Como representante da SOPS gostaria de fazer algumas
746 explicações. Em primeiro lugar, peço desculpas e gostaria, então, que fosse
747 nominado, por ser do meu desconhecimento, quem são os representantes da
748 Secretaria que deveriam estar presentes nas reuniões dessa Câmara Técnica, que por
749 algum motivo deve ou não, se existe denominação, e essa lacuna, então, deverá ser
750 preenchida, ou, então, devemos tomar uma providência. E acredito também que pela
751 ausência, muito embora tenha sido nominado, por solicitação, a inviabilidade das
752 reuniões da Câmara Técnica com 14 representantes com certeza não foi por conta da
753 ausência da SOPS. **Sr. Presidente:** É que, na verdade, todos nós temos um pouco de

754culpa, quando a gente falta em uma reunião cada um de nós tem um pouco de culpa.
755Então, acho que a discussão não deve seguir esse caminho. E quanto aos
756representantes vou pedir para a Secretaria Executiva, quando encaminhar o relatório,
757encaminhar junto o nome dos representantes de cada uma das Entidades, aí fica
758sanado dessa forma, senão não teremos tempo para os outros assuntos hoje. E na
759próxima reunião, caso necessário, de haver algum esclarecimento, poderá ser feito na
760próxima reunião. **Sr. Sérgio Cardoso:** Só gostaria de rememorar essa questão da
761Câmara Técnica. Por que ela foi reativada? Até vou levantar porque tenho que olhar
762para o Presidente da FEPAM lá. Ela tinha um objetivo muito bem claro, que era fazer
763a discussão do sistema de meio ambiente com o sistema de recurso hídrico. Esse era
764o ponto de Pauta. Por que eu disse que tinha que levantar? Logo que ela foi instituída
765o Presidente da FEPAM montou uma minuta, vou ser sutil, de algum texto, e jogou
766no colo dessa Câmara Técnica, que estava com aprovação deste Plenário, com um
767objetivo muito bem claro. Desnorteou e a partir dali nunca mais conseguiu retomar o
768objetivo que era da Câmara Técnica, que era fazer discussão como fazer o sistema de
769gestão de meio ambiente com o sistema de recurso hídrico casar na proposta. Então,
770essa foi a lógica, a solicitação da Câmara Técnica partiu dos Comitês de Bacia
771Hidrográfica, justamente porque o Conselho de Recursos Hídricos tinha uma Câmara
772Técnica que tratava do sistema. Então, só deixar muito bem claro, quer dizer, que nós
773temos que retomar e aí a gente levantou naquela reunião do cacoete de levantar a
774mão. Recordo-me que eu disse: *vamos parar de levantar a mão*; porque tudo quanto
775é Entidade que estava aqui levantou a mão, e ainda o Presidente chamou a atenção
776para isso. Quer dizer, então, o cacoete de levantar a mão quando a gente cria um
777espaço político aqui dentro continua. Então, a Câmara Técnica tem objetivo, tem que
778ser retomado, que é a discussão dos dois sistemas. Só para chamar atenção para isso,
779que essa Câmara Técnica não foi criada ao acaso por delírio de ninguém. **Sr.**
780**Presidente:** Registro feito. Só que a discussão sobre a necessidade, a existência da
781Câmara Técnica, acho que seria oportuno na próxima reunião. Hoje gostaríamos
782apenas de ter um breve relato da Câmara Técnica para conhecimento dos
783Conselheiros, até para que a gente pudesse fazer uma avaliação se existe a
784possibilidade da junção, incorporação de algumas das Câmaras Técnicas para que
785elas funcionem de uma forma melhor. **Sr. Cláudio Frankemberg:** Em relação à
786Câmara Técnica Permanente de Resíduos Sólidos, um pouquinho menos, somos 12
787Entidades. Só que pegando o último ano, 2004 até agora, só não tivemos três
788reuniões: duas ordinárias e uma extraordinária. Em termos de grupo, quem não está
789vindo, porque estamos tendo *quorum*, mas no limite de 7 pessoas, 6 pessoas, porque
790nós éramos 11, aí ficava bem no limite mínimo. Quem não está comparecendo é
791SEMA, IBAMA, Secretaria de Obras Públicas também, Secretaria de Saúde e a
792FAMURS. Sendo que a FAMURS nesse último ano, das Entidades, é a única que
793justifica pelo menos a ausência do seu Titular, em função do horário que nós
794alteramos, nesse semestre o Titular não teria condições. nesse sentido **Sr.**
795**Presidente:** Eu acho que nesse momento isso pode estar no relatório para todos
796lerem. Só que em relação a nós, tivemos essa discussão interna, e a pessoa que vinha
797nas reuniões se ausentou da FAMURS. Então, houve essa necessidade, só que

798 deixamos bem claro que o objetivo de fazermos essa discussão aqui não é esse. **Sr.**
799 **Cláudio Frankemberg:** É importante pelas as Entidades saberem quem está
800 comparecendo ou não. Em relação às atividades da Câmara, ao contrário da anterior,
801 temos bastantes atividades. Durante 2004, início de 2004, foi discutida a co-
802 disposição de resíduos industriais em aterros sanitários, que depois veio aqui para o
803 CONSEMA, sendo aprovado em 20-08-04. No final de 2003 se iniciou a discussão
804 da elaboração de uma proposta de diretrizes, da elaboração do plano integrado de
805 gerenciamento de resíduos da construção civil, que foi finalizado, foi discutido
806 durante o ano todo de 2004. Além das reuniões ordinárias fizemos sete reuniões
807 extraordinárias, foi montado um grupo de trabalho que trabalhou durante seis meses
808 quanto a isso. E foi finalizado em janeiro deste ano. Surpresa da Câmara, fazendo um
809 parênteses, quando chegou na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos a FAMURS
810 solicitou vista do processo. O que nos surpreendeu é que foi a FAMURS,
811 basicamente, que motivou o grupo a trabalhar na elaboração desse plano integrado.
812 Então, foi o maior motivador e causou-nos um certo espanto no sentido da FAMURS
813 pedir vista a essa minuta quando chegou na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos.
814 Atualmente, a Câmara está trabalhando em uma minuta de proposta de resolução,
815 relativo ao comércio de resíduos, classe dois, parte de quantas diretrizes para o
816 encaminhamento e licenciamento ambiental de unidades de comércio de sucatas. E
817 também nas diretrizes para a aplicação de resíduos sólidos e industriais em solo
818 agrícola, que são os dois pontos que estão nas Pautas deste ano. Uma outra coisa, em
819 relação, também, à composição, que agora foi discutido, no início do ano o Amigos
820 da Terra entrou no grupo novamente, tinha saído há uns dois anos, pediu para
821 ingressar e agora não sei como fica essa situação de fazer parte ou não fazer parte.
822 Então, os doze componentes seria com os Amigos da Terra. Nós temos bastantes
823 atividades, o grupo é bastante ativo nesse sentido, apesar do *quorum* ficar no limite
824 trabalhamos todo o mês. **Sr. Renato Lauri Breunig:** Senhores, a Câmara Técnica de
825 Assuntos Jurídicos teve até hoje 10 reuniões este ano, sendo que 7 ordinárias e 3
826 extraordinárias, sempre a pedido da Presidência do CONSEMA. Principais assunto
827 analisados: Plano de Controle e Poluição de Veículos, Programa Estadual da
828 Regulamentação de Atividades Irrigantes, alteração do anexo único da Resolução
829 CONSEMA n.º 05 e o Decreto Estadual sobre educação ambiental. Os assuntos que
830 estão pendentes, sob análise atualmente, são: as diretrizes para a elaboração do plano
831 de gerenciamento de resíduos de construção civil, que está aguardando um pedido de
832 vista, inclusive, mandei um ofício à Presidência dizendo que estava demorando,
833 justamente, porque está sendo analisado. E o segundo assunto que está pendente são
834 as diretrizes para o licenciamento ambiental de empreendimentos hidrelétricos na
835 Bacia Taquari/Antas. Esse tem pedido de vista da minha pessoa, achei o relatório tão
836 bom, que foi do colega Roberto, tão bom mesmo que pedi vista, queria estudar o
837 assunto um pouco mais a fundo. Até porque a pertinência, acredito que exija
838 também. Vou aproveitar o momento para fazer duas colocações da Câmara, dois
839 problemas que detectamos, digamos assim, dificuldades. A questão do tempo, alguns
840 Conselheiros já se manifestaram, somente este ano que estou na Câmara, mais de
841 uma vez, a pressão que muitas vezes é exercida na Câmara Técnica de Assuntos

842Jurídicos devido á falta de rapidez. Então, eles pediram que como Presidente eu me
843manifestasse aqui no CONSEMA, dizendo que quando vai para o Jurídico não é
844simplesmente para homologar. O Jurídico tem que fazer o estudo, e se é um estudo
845sério, muitas vezes necessita pedido de vista, necessita, inclusive, que é o segundo
846ponto que vou colocar aqui, auxílio da Câmara Técnica que nos enviou, a origem,
847porque temos questão química, questão hidrelétrica. O Advogado, geralmente, no
848mais das vezes não sabe a maioria dos termos técnicos que são utilizados. Então, os
849colegas da Câmara pediram que eu colocasse aqui na reunião do CONSEMA essa
850nossa dificuldade e que com a autorização do Sr. Presidente, de todos vocês, na
851medida que nós sentimos essa dificuldade que pudéssemos solicitar que um membro
852da Câmara Técnica participasse das nossas reuniões, que, com certeza, diminuiria o
853tempo e a necessidade de pedido de vista. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Gostaria de
854saber, Dr. Renato, se há um critério para o pedido de vista à Câmara Técnica de
855Assuntos Jurídicos? E não entendi a colocação que o senhor fez em relação ao seu
856pedido de vista do Taquari/Antas, porque acredito que não seja só porque o senhor
857gostou muito, senão tiraria uma cópia, ficaria estudando e liberaria para que a coisa
858fosse para frente. **Sr. Renato Lauri Breunig:** A partir de janeiro o pedido de vista,
859geralmente, não tem ultrapassado duas sessões. Ou na seguinte, ou na segunda
860seguinte, não ultrapassou nenhuma até agora. Tanto que é a de Resíduo da
861Construção Civil, agora, na próxima, será colocado em Mesa, só não foi na anterior
862até por falta de Pauta, não fizemos a última reunião. Como nós tivemos três
863extraordinárias este ano, da semana passada não fizemos para acumular para a
864próxima, que é na próxima semana. Quanto ao meu pedido de vista, foi muito
865interessante, um relatório muito bem feito, muito detalhado e não me senti à vontade,
866antes que qualquer colega se manifestasse eu pedi vista. Por quê? De tão detalhado
867que foi, na hora não senti possibilidade de entender, por questões técnicas também
868muitos, como é afinal o funcionamento, visto como seria. Eu pedi vista, vou estudar
869o processo em casa, de modo algum que estou discordando, ou concordando, tenho
870que me aprofundar um pouquinho mais para poder dizer sim, ou não, ou propor
871modificação. **Sr. Sérgio Cardoso:** Só para poder entender essa questão do pedido de
872vista na Câmara Técnica. Eu achei que pedido de vista era quando chegasse no
873Plenário e fosse para votação. Quer dizer, se o processo foi lá para um grupo de
874trabalho, para trabalhar, para discutir, para debater, agora há uma figura e para mim é
875uma surpresa, quer dizer, para mim isso é para trancar o processo mesmo. É grupo
876técnico, é lá que se faz a discussão, se ficar um mês, dois meses, três meses, mas está
877lá discutindo. Agora inventaram um pedido de vista do projeto dentro da Câmara
878Técnica. Como que a FAMURS agora diz: *quero um pedido de vista da Câmara*
879*Técnica*. Vai ficar a FAMURS se está lá dentro, e se a SEMA está lá dentro, que faça
880a discussão lá dentro da Câmara Técnica até se esgotar o assunto. Agora, criar uma
881figura de pedido de vista, não sei, aí é uma pergunta na ignorância, se há dentro do
882Regimento das Câmaras Técnicas a figura do pedido de vista, porque se não tiver
883inventaram uma, e se há, na verdade, admito a minha ignorância em não ter
884conhecimento disso. **Sr. Renato Lauri Breunig:** Apenas para esclarecer porque é
885feito um pedido de vista e porque já não foi feito antes. É porque a análise na Câmara

886Jurídica é sob o prisma jurídico, essa é a questão. Existem situações em que não
887sentimos a vontade de proferir no momento o nosso voto. Veja bem, existe um
888Relator que faz todo o estudo, traz à Mesa, relata, começa o debate, e, efetivamente,
889na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos o debate acontece. Está ali o nosso Colega
890da Brigada Militar que sabe disso. E chega em um empasse, então, o Colega diz: *na*
891*próxima sessão eu vou levar o processo*. Isso, falando no aspecto jurídico, não só é
892natural como saudável, o que não pode acontecer, e como eu disse, nenhum dos
893processos passou de duas sessões sem que fosse devolvido à Mesa. Não vejo como
894isso vá prejudicar o trabalho, nós temos processos que recebemos lá, que ficaram
895meses na Câmara Técnica específica, vai para o Jurídico, colocado em mesa,
896decidem em questão de duas horas o aspecto jurídico. Tanto que já deixamos muito
897claro em vários relatórios que não entramos na questão técnica, entramos
898simplesmente na questão da validade jurídica, se não está disforme, ou se está
899conforme a lei estadual, a lei federal, a Constituição Estadual e a Constituição
900Federal. Essa é a questão. **Sr. Presidente:** Só gostaria de dizer que há legalmente há
901possibilidade de pedido de vista, em todas as Câmaras Técnicas pode ser pedido
902vista. Um Conselheiro, na hora de votar, se entender que não está suficientemente
903esclarecido, há a possibilidade de um pedido de vista em todos os processos. Podem
904ser várias pessoas a pedir vista em um mesmo processo, em um mesmo dia. O
905procedimento é esse que nós votamos aqui no CONSEMA, retira-se o processo,
906analisa-se, emite-se um parecer e volta. **Sr. Sérgio Cardoso:** Está regimentado isso?
907**Sr. Presidente:** Está regimentado. E nós fizemos uma resolução do CONSEMA para
908isso. Só que no caso, esse que foi colocado aqui, pessoalmente, foi a minha Entidade
909que solicitou, foi a solicitação de alguns Prefeitos. Nós tivemos uma discussão
910interna, os Prefeitos buscaram o setor jurídico e entenderam que existem algumas
911coisas que devem ser discutidas, até em nível de legalidade de resolução, se a
912resolução é cabível ou não em nível de Estado, se a norma é geral, ou não é geral. E
913se a norma é geral pode o Estado fazê-la? Então, em função disso o Assessor Jurídico
914da Entidade foi solicitado que pegasse o processo para estudá-lo. Então, foi
915exatamente isso que aconteceu. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Eu só quero dizer,
916Valtemir, que não entendo essa justificativa tua em relação à FAMURS, porque foi
917mais de um ano de trabalho dentro da Câmara Técnica. Então, teve tempo suficiente
918para o representante da FAMURS, que foi, inclusive, quem motivou essa discussão
919dentro da nossa Câmara Técnica de fazê-lo. A nossa resolução está pronta desde
920janeiro de 2005, quando foi, então, encaminhada para a Câmara Técnica de Assuntos
921Jurídicos. Estamos em junho e essa proposta ainda não foi analisada, sendo que o
922prazo, inclusive, pela resolução do CONAMA, já expirou. Havia um tempo de
923adequação dos municípios, que era 2004. Então, não entendo, porque é a segunda
924vez que o representante da FAMURS é desrespeitado dentro do seu colegiado. Isso
925eu já tinha colocado aqui em Plenária, porque também foi desautorizado um trabalho
926que foi feito, não lembro o primeiro nome dele, do Jabloski, é o André Jabloski, que
927já tinha denunciado aqui que havia feito todo um trabalho, acompanhou a nossa
928Câmara Técnica em várias discussões e a FAMURS não respeitou esse trabalho. E
929mais uma vez considero que não tem sido respeitada a posição e o trabalho do

930 representante da FAMURS, não da Câmara Técnica, porque daí eu acho que é
931 inquestionável, mas a própria FAMURS está fazendo esse contratrabalho em relação
932 a sua representação. **Sr. Renato Lauri Breunig:** Só para concluir, Sr. Presidente.
933 Tendo em vista a questão do prazo e do tempo, dizer que a Câmara Técnica é
934 sensível aos outros temas que são mais polêmicos e mais urgentes. Em janeiro e
935 fevereiro a Câmara Técnica não se instalou, tentou-se instalá-la em janeiro, mas
936 houve absoluta falta de *quorum*. Obrigado. **Sr. Presidente:** Vamos à próxima. Sra.
937 Ilse Dicki, da Câmara Técnica de Controle e Qualidade. **Sra. Ilse Rosito Dicke:**
938 Boa-tarde, Sr. Presidente, Srs. Conselheiros. A Câmara Técnica de Controle e
939 Qualidade é composta por 11 Entidades: Centro de Biotecnologia, Comitê de Bacias
940 Hidrográficas, FAMURS, FEPAM, FIERGS, IBAMA, Instituição Universitária
941 Privada, Secretaria da Saúde, Secretaria de Energia, Minas e Comunicações,
942 Secretaria de Segurança e Sociedade e de Engenharia. Um dos assuntos tratados na
943 Câmara Técnica foi a Minuta de Resolução estabelecendo critérios técnicos para
944 licenciamento ambiental de hidrelétricas na Bacia da Taquari/Antas. Foi concluída
945 em 13-03-05. Foi encaminhada à Plenária e atualmente encontra-se na Câmara
946 Técnica de Assuntos Jurídicos. Também foi tratada a norma técnica que trata das
947 emissões dos efluentes líquidos nas águas superficiais do Estado. A Câmara havia
948 encaminhado a minuta da NT ao CONSEMA, com apresentação da Resolução n.º
949 357/05 em 17-03-05. E em relação a Resolução do CONAMA nós retomamos a
950 nossa portaria estadual para fazer uma avaliação com o intuito de evitar conflitos que
951 poderiam ocorrer com a resolução do CONAMA. Então, nós estamos ultimando os
952 detalhes, acreditamos que talvez na próxima reunião a gente já possa concluir e
953 mandar para o Conselho. As reuniões ocorreram na segunda quarta-feira de cada
954 mês, foram quatro reuniões realizadas. Temo-nos reunido mensalmente, só como
955 observação, cancelamos as reuniões nos meses de férias para se evitar aquele sufoco
956 de não ter *quorum*, enfim, de comum acordo deixamos, então, as reuniões de janeiro
957 e fevereiro, retomamos em março e estamos continuando com o afinco dos nossos
958 Conselheiros e colaboradores. Era o que eu tinha hoje, obrigada. **Sra. Vera Lúcia**
959 **Pitoni:** Boa-tarde, Sr. Presidente, Srs. Conselheiros e demais convidados. Eu sou
960 Presidente da Câmara Técnica da Biodiversidade e Política Florestal. Iniciei os
961 trabalhos ano passado, em setembro, e no ano passado tivemos uma questão bem
962 polêmica sobre o Delta do Jacuí, mas conseguimos aprovar com o consenso de todos
963 os participantes da Câmara Técnica um parecer que foi passado depois ao
964 CONSEMA e aprovado no CONSEMA também. Este ano, então, retomamos.
965 Também tivemos o intervalo das férias, janeiro e fevereiro, temos 12 participantes e
966 temos tido *quorum* em todas as reuniões. Já tivemos as nossas reuniões mensais e
967 estamos, então, discutindo este ano duas questões já encaminhadas ano passado, que
968 são as áreas de preservação permanente e a capina química. Então, na última reunião
969 que tivemos abrimos para mais um parecer da representação dos Comitês de Bacias,
970 que vai dar um parecer também sobre a capina química. Nós temos dois pareceres:
971 um da FEPAM e da AGAPAN, e um parecer também da FAMURS sobre a questão.
972 Então, estaremos na próxima reunião aguardando esse parecer dos Comitês de
973 Bacias, depois iremos manifestar a opinião da Câmara Técnica e repassar ao

974CONSEMA. E temos também em andamento, então, sob forma de grupo de trabalho,
975as questões das APPs, que algumas modificações em nível nacional estão sendo
976propostas. E nós aqui, então, estamos fazendo o estudo com um grupo de trabalho
977para ver as questões regionais. Então, o pessoal tem participado bem, nós tínhamos
978só um problema com a participação da Universidade Federal, da Biotecnologia, mas
979colocamos isso ao Sr. Presidente, no caso o Presidente anterior, foram substituídas as
980pessoas e estão participando da nossa Câmara Técnica. Então, temos tido bastante
981trabalho e continuamos bem ativos. Obrigada. **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho:** Sr.
982Presidente, demais Conselheiros, sou Presidente da Câmara Técnica da Agropecuária
983e Agroindústria, é uma Câmara Técnica Permanente. Acompanho posição da Vera, a
984nossa Câmara Técnica, normalmente, tem *quorum* nas reuniões ordinárias e
985extraordinárias também, na discussão do PERAÍ ano passado. Este ano já fizemos
986três reuniões e na reunião de março, quando fui eleito Presidente da Câmara, parece
987mentira, por unanimidade, até a AGAPAN votou em mim. Não, a Edi forçou, disse
988que era um gordinho bonitinho, mas forçou para votarem em mim e o Celso acabou
989votando em mim. A nossa Câmara Técnica atualmente está sem nenhuma demanda
990do CONSEMA, então, acordou-se e está-se trabalhando em cima do Capim Annoni,
991é uma demanda que a AGAPAN levantou. Então, houve um depoimento do
992Engenheiro Agrônomo Sebastião Pinheiro, na última reunião tivemos também a
993FARSUL, que trouxe um Engenheiro Agrônomo, o Fernando Adalto, que também
994tem experiência sobre o Capim Annoni. Então, estamos buscando alternativas e
995discussões. Sem dúvida, em seguida, Presidente, encaminharemos ao senhor e ao
996CONSEMA o espaço para a gente discutir o Capim Annoni, dentro do CONSEMA
997para ver-se a gente consegue alguma legislação, porque já foi trabalhado até na
998Assembléia Legislativa sobre esse assunto, mas precisamos buscar alternativas e
999controle ao Capim Annoni. Não sei se vocês sabem, o Capim Annoni é uma praga
1000que existe no Rio Grande do Sul hoje, é uma cultura exótica que chegou com altos
1001ganhos, mas não é verdade. Então, é um grande contaminador de campos no Estado
1002do Rio Grande do Sul. Para a próxima reunião estamos trazendo o pessoal do Comitê
1003Santa Maria para nos falar sobre os programas de barragens e de aproveitamento no
1004rio Santa Maria. Enquanto não tiver demanda por aqui vamo-nos organizando e
1005fazendo demanda por lá. Somos 12 membros e nunca baixamos de 10, 11 membros
1006participando. O relatório passo por *e-mail* à Secretária. **Sr. Clebes Brum Pinheiro:**
1007Só uma curiosidade, instiga a questão da Câmara Técnica de Agroindústria e a de
1008Biodiversidade e Política Florestal, se não chegou a passar nada dentro dessas
1009Câmaras, porque acho fundamental que este Conselho faça a discussão, do programa
1010de reflorestamento que está sendo proposto pelo Governo do Estado na região sul.
1011Sabe-se que há projetos do Governo do Estado, que é o reflorestamento com espécies
1012exóticas na região sul do Estado. Acho que essa é uma questão que tem uma
1013interface muito grande sob ponto de vista ambiental e acho que este Conselho não
1014poderia-se furtar desse debate. E me parece, talvez fosse interessante começar esse
1015debate dentro das Câmaras Técnicas. **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho:** Já foi levantado,
1016inclusive, quem levantou esse assunto como Pauta na nossa reunião fui eu mesmo.
1017Como a próxima reunião tem esse programa do Comitê Santa Maria, na próxima

1018 reunião deveremos convidar alguém para vir falar sobre o programa de
1019 reflorestamento da metade sul. Enquanto não tiver Pauta aqui nós vamos continuar
1020 trabalhando lá. E sem dúvida, acho que essa participação, temos que a partir de agora
1021 já abrir a participação para os demais membros do Conselho e a Câmara Técnica da
1022 Biodiversidade também. que temos. **Sr. Paulo Sérgio Fabres:** Eu sou da Secretaria
1023 de Agricultura e sou Coordenador Estadual do Programa de Agroindústria, e gostaria
1024 de saber o que está sendo feito, se já pensaram em alguma coisa com relação a isso,
1025 principalmente na área da legislação. **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho:** Como de
1026 agroindústria? **Sr. Paulo Sérgio Fabres:** A tua Câmara Técnica é de agroindústria?
1027 **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho:** Sim, agropecuária e agroindústria. **Sr. Paulo Sérgio**
1028 **Fabres:** Pois é, eu sou Coordenador do Programa de Agroindústria da Secretaria de
1029 Agricultura. Gostaria de saber se existe alguma coisa da Câmara Técnica. **Sr. Ivo**
1030 **Lessa Silveira Filho:** A Câmara Técnica funciona por demandas do CONSEMA,
1031 alguma resolução, alguma coisa que seja encaminhada por aqui, ou algum assunto
1032 que a gente levante e venha trabalhando. Por enquanto agroindústria não. **Sra. Edi**
1033 **Xavier Fonseca:** Não tem representação? **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho:** A Secretaria
1034 de Agricultura tem representação dentro da Câmara Técnica, é o Iberê, que foi o
1035 último Presidente por duas gestões. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Só colocar que a
1036 AGAPAN sugeriu, também, que fosse feito um seminário sobre o Pampa, feito a
1037 partir da Câmara Técnica. **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho:** É, isso surgiu agora, depois
1038 da discussão do Capim Annoni, que queremos trazer ao CONSEMA para ver qual o
1039 encaminhamento daremos com relação ao Pampa Gaúcho e mantendo a problemática
1040 Capim Annoni, juntando tudo. **Sr. Presidente:** Aqui caberia uma demanda para a
1041 Câmara Técnica, mas talvez a Secretaria tivesse que provocar. Nós temos em alguns
1042 Estados brasileiros, para as pequenas agroindústrias, foram aprovadas resoluções de
1043 licenciamento único, mas sugestão: traga a demanda para o Conselho e a gente
1044 encaminha para a Câmara Técnica para ser discutido. No Paraná há licença única
1045 para as agroindústrias. Há possibilidade de fazer isso, nós aqui não temos ainda esse
1046 procedimento, mas existe, no caso, até a Prefeitura de Porto Alegre tem licença
1047 única. Sugestão: traga a demanda para o CONSEMA e será encaminhado para a
1048 Câmara Técnica fazer alguns estudos. Agora, o Paraná é um exemplo disso. mais
1049 alguma pergunta? Então, Germano, duas Câmaras Técnicas. **Sr. Luiz Antônio**
1050 **Borges Germano da Silva:** Presidente, Conselheiros, boa-tarde. Eu represento a
1051 Presidência de duas Câmaras Técnicas: uma delas é a Câmara Técnica Permanente
1052 de Gestão Compartilhada Estado/Município e a Câmara Técnica de Recursos
1053 Administrativos. Vocês podem ver que são duas coisas bem fáceis, bem complicadas.
1054 Quanto à Câmara Técnica de Gestão Compartilhada Estado/Município temos hoje 11
1055 membros, tínhamos 12, mas passou a 11, uma Entidade pediu a desfiliação e não
1056 temos tido problema de *quorum*. Quando temos problema de *quorum* manda-se
1057 buscar alguém da SEMA, alguém da FEPAM, manda buscar na sala, eles vêm, então,
1058 temos conseguido realizar as sessões de 15 em 15 dias. Essas sessões são feitas de 15
1059 em 15 dias porque precisamos fazer com que dê andamento aos pedidos de
1060 habilitação dos municípios. Eles não podem ficar esperando, e como o CONSEMA

1061se reúne de 30 em 30 procura-se sempre fazer essas reuniões para que tenham
1062processos no Plenário. Nós temos tido alguns entraves na Comissão de
1063Municipalização, mas para a próxima reunião do CONSEMA teremos bastantes
1064municípios. O que estamos fazendo? Praticamente o tempo todo analisamos os
1065processos de habilitação dos municípios. Também fizemos este ano o estudo da
1066Resolução n.º 05/98, a alteração daquela tabela, que ao nosso ver foi uma coisa
1067muito importante. E hoje estudamos a modificação na Resolução n.º 04/00, onde
1068pretendemos, no nosso ponto de vista, otimizar. Tivemos agora uma boa contribuição
1069esta semana da FEPAM também, para que tenhamos bastantes informações para que
1070o Estado possa realmente fazer sempre a melhoria contínua da gestão estadual do
1071ambiente. E também estamos analisando o processo de desabilitação do Município
1072de Caxias, no qual a Câmara Técnica solicitou informações para a SEMA. Esse
1073processo deveria, pela Resolução n.º 04, ir para a SEMA e não para a Câmara
1074Técnica diretamente, então, a Câmara Técnica, diante da legislação, encaminhou para
1075a SEMA. Também o Departamento Jurídico referendou a nossa posição na Câmara
1076Técnica, que a SEMA é quem deveria conduzir esse processo e depois, então,
1077voltaria à Câmara Técnica. Então, estou nessa Câmara há muitos anos, mas na
1078Presidência desde outubro do ano passado. Essa é uma Câmara Técnica, a outra é de
1079Recursos Administrativos. O que faz a Câmara Técnica de Recursos
1080Administrativos? Antes da instância, vamos dizer, jurídica de uma demanda entre o
1081órgão ambiental e, por exemplo, um empreendimento privado existe uma demanda
1082administrativa. Então, isso vai para a Câmara Técnica depois de passado por um
1083processo de admissibilidade do órgão que aplicou essa multa. Então, tivemos até
1084hoje somente um processo em análise, que foi o processo da PETROBRÁS, já
1085passou por este Conselho. E agora estamos aquecidos, preparados fisicamente e
1086aguardando mais processos. Parece que há mais um. **Sr. Presidente:** Há um aqui já,
1087vou passar para ti. **Sr. Luiz Antônio Borges Germano da Silva:** E gostaria de dizer
1088a vocês também, fizemos três reuniões dessa Câmara Técnica e em duas delas
1089fizemos *modus operandi*, é por sorteio. Então, há um grupo de advogados e um
1090grupo técnico, sempre fazem o relato um técnico e um advogado, e essas pessoas são
1091sorteadas para fazer o relato. E, Sérgio, pode ser pedido vista sim, porque muitas
1092vezes os Relatores fazem o relato, mas uma Entidade não concorda com aquilo,
1093então, pede vista para se esclarecer mais, até porque há aspectos jurídicos envolvidos
1094nisso. Então, é isso, obrigado. **Sr. Presidente:** Alguma pergunta ao Germano? Então,
1095encerramos dessa forma o relato das Câmaras Técnicas e por meio da Secretaria
1096Executiva estaremos passando os respectivos relatórios para todos terem
1097conhecimento. Passaríamos agora a um breve relato sobre o SIGA, depois temos
1098ainda um relato sobre o Pró-Guaíba. E temos uma votação, pediria a permanência
1099dos Conselheiros, porque temos uma solicitação de moção de apoio da AGAPAN.
1100Na verdade, é uma manifestação de repúdio: *pela forma brutal, violenta e covarde*
1101*da a qual foi, na tarde de sábado de 04-06, vítima o Secretário Beto Moesch,*
1102*quando justamente Porto Alegre, Cidade do pioneirismo ambiental brasileiro,*
1103*iniciava as comemorações da Semana do Meio Ambiente. Solicitamos medidas de*
1104*máxima urgência, cabíveis porque esse ato vem em total desabono à imagem e à*

1105 *cidadania gaúcha*. Então, é um pedido de votação de moção nesse sentido, da
1106 AGAPAN, e eu gostaria de contar com o voto dos Conselheiros no sentido desse
1107 assunto ser deliberado hoje ainda. Então, Pieper, se houver a possibilidade, se for
1108 possível em 15 minutos tu faças um relato sobre o SIGA para que a gente possa
1109 passar para o outro assunto. **5. Relato da Gestão Ambiental dos Municípios**
1110 **Habilitados pelo SIGA-RS. Sr. Niro Afonso Pieper:** Sr. Presidente, Srs.
1111 Conselheiros, convidados. Quinze minutos seriam pouco para falar do SIGA, mas
1112 vamos nos ater, então, à questão da municipalização, porque o SIGA não é apenas a
1113 municipalização, que é a face que os Srs. Conselheiros mais vêm aqui, porque os
1114 processos, na verdade, são homologados aqui. O sistema integrado pressupõe
1115 também a descentralização dos órgãos estaduais e alguma coisa estamos fazendo
1116 nessa área, inclusive, lincando com a capacitação de técnicos que é um dos pontos
1117 fortes do nosso sistema integrado, da nossa municipalização. Por conta disso estamos
1118 envolvendo as agências regionais do DEFAP e FEPAM para que nos auxiliem e façam
1119 um trabalho mais integrado, mais sinérgico, eu diria, no campo. E por isso esse
1120 segundo módulo dos cursos de capacitação está sendo mais prático. Vocês conhecem
1121 a tramitação do processo, nós temos uma central de atendimento e a Comissão de
1122 Municipalização, que faz a análise técnica do processo, porque lá são apenas
1123 técnicos, não há ainda a participação da sociedade. E depois da sociedade civil dita,
1124 vai para a Câmara Técnica de Gestão Compartilhada, que acabou o Germano fazendo
1125 o relato recentemente, o último a participar. Aqui está a composição da Comissão de
1126 Municipalização: um Geógrafo, um Engenheiro Agrônomo, um Advogado, um
1127 Administrador, uma Engenheira Química, dois Biólogos e três Engenheiros
1128 Florestais. Só para ver a multidisciplinidade da composição. A origem deles são:
1129 quatro da FEPAM, três do DEFAP, um do DRH e dois SEMA/Gabinete ligados à
1130 Administração Central da SEMA. Há também a composição da Câmara Técnica, que
1131 o Germano acabou de falar. Há os representantes, ele acabou não citando, por
1132 coincidência há a lâmina pronta aqui: representantes do Governo e representantes da
1133 sociedade civil. Situação em maio de 2005, junho: temos 105 municípios habilitados
1134 e 3 municípios ainda detêm competência maior por convênio. E também é do
1135 conhecimento desde Conselho como isso funciona. Representam 53% da população.
1136 O relato que muitas vezes é feito sobre a comparação com os Estados, existe uma
1137 tese de mestrado de um técnico na UNB que destacou alguns pontos de três Estados
1138 analisados: o Rio Grande do Sul, a Bahia e o Estado de Minas Gerais. O ponto alto
1139 do Estado do Rio Grande do Sul nessa tese de mestrado ficou por conta da exigência,
1140 nesses três Estados analisados o único que exige um trabalho mais técnico dos
1141 municípios, que seria aqui representado pelo plano ambiental. Aponta algumas
1142 deficiências de integração dessas gestões, por ser compartilhada não pode ser
1143 estante essa administração do meio ambiente, mas aponta no caso do Rio Grande
1144 do Sul esse viés mais qualitativo do que nos outros dois Estados analisados. Também
1145 não é verdadeiro que os outros Estados, à época desse trabalho, inclusive, não
1146 éramos os primeiros em número de municípios habilitados, hoje somos. Aqui há um
1147 pequeno quadro dos municípios habilitados: temos 21% dos municípios, temos 496
1148 municípios no Rio Grande do Sul, 105 habilitados. E estratificamos isso por número

1149de habitantes, que, em tese, dá também uma idéia da capacidade de gestão desses
1150municípios. Então, dos 225 que há até 100.000 habitantes são 16%. Apenas 9 dos 34
1151municípios de 25 a 50.000, esse levantamento que nós fizemos mais recentemente,
1152que são as tabelas a seguir, estão servindo muito para a gestão, para definirmos onde
1153buscar, onde ampliar a gestão municipal, onde buscar novos parceiros. E aqui está,
1154parece-me um grande vilão, que é essa pequena participação dos municípios de 25 a
115550.000, em relação ao que poderiam estar participando. De 50 a 100.000 são 13 e de
1156100.000 habitantes são 1, apenas 7 não o são. **Sr. Presidente:** Esse é o primeiro
1157objetivo, esses 7 têm que entrar no sistema. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Desses 7
1158municípios, possivelmente, todos já tenham-nos procurado e alguns deles têm
1159processo já protocolado. **Sr. Presidente:** Esse material tu podes passar depois para
1160os Conselheiros? **Sr. Niro Afonso Pieper:** Perfeitamente, podemos passar, claro.
1161Depois temos o mesmo quadro, mas por população. Acho que é por isso a
1162manifestação do Valtemir, realmente, os municípios acima de 100.000, eles que
1163tornam o processo participativo, porque esses 25% vão representar muito, os 25%
1164que faltam, porque 5.000.000 de habitantes estão nesses municípios acima de
1165100.000 habitantes. Então, realmente, do ponto de vista de população o foco deveria
1166ser nesses 7 municípios que ainda faltam acima de 100.000 habitantes. Aqui dá para
1167ter uma idéia que aqueles 35 municípios com menos de 5.000 habitantes
1168representam, arredondando, 1% apenas. Então, é muito mais processo para nós do
1169que ganho em termos de gestão. O que não podemos é, na verdade, excluí-los, tem
1170que atingir também, mas, realmente, a nossa força de trabalho deve ser voltada para
1171onde há maior ganho global, geral. **Sr. Presidente:** Esse resultado não seria o mesmo
1172se fosse em territórios. São municípios grandes com pequena população, aí o
1173resultado, mas se separar em gestão é importante. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Uma
1174coisa que transparece nos relatórios é, por exemplo, se pegarmos os licenciamentos
1175florestais, até por uma questão óbvia, não há mata nos grandes centros urbanos, é
1176quase nulo o licenciamento florestal nos municípios acima de 100.000 habitantes,
1177enquanto que no geral, do Estado, representa 21%, industrial representa 27%. Outro
1178relevante é o agropecuário com 13%, e aqui é um detalhe, 27%, arredondando, é
1179municipal ou isenta. Municipal é aquele licenciamento que o município decide fazer
1180e que pela legislação estadual não seria obrigado. Então, é um licenciamento que não
1181ocorre de fato nos municípios em que não há habilitação, não há adesão ao SIGA.
1182Isso é relevante, porque algum impacto esses empreendimentos geram, e podemos
1183citar aqui como municipal ou isenta, uma participação interessante é a das estações
1184radiobases, oficinas mecânicas. São situações que os municípios elegeram como
1185licenciável, participam desse relatório, são 3.477 licenças de 13.000 licenças. Esse
1186número é relevante, são 13.000 licenças emitidas por 71 municípios que nos
1187mandaram relatório; mas são 105 municípios por que só 71 municípios com
1188relatório? Muitos deles, 17 municípios, acho que foram habilitados no segundo
1189semestre de 2004, portanto, não tinham talvez, ou lei de taxa, ou uma equipe ainda
1190aceitada para trabalhar. Então, esses poderíamos até desconsiderar. Outros tantos dos
1191105 foram habilitados. **Sr. Clebes Brum Pinheiro:** Qual é o intervalo? **Sr. Niro**
1192**Afonso Pieper:** De 2003 e 2004. Não dá para considerar dois anos cheios, nem dos

119371, porque muitos deles foram habilitados ao longo do tempo. Então, há que se
1194considerar aqui em torno de um ano, porque alguns trabalharam 24 meses, outros
1195trabalharam um mês ou nenhum. Então, fazendo essas considerações, aqui dá para
1196fazer uma projeção de quanto isso vai representar no futuro. Nós tínhamos antes de
1197completar o relatório feito uma estimativa em 12.000, agora temos 13.000 em
1198números reais. E fazendo a estimativa ainda de alguns que não fizeram, não
1199prestaram contas, no caso, não fizeram o encaminhamento dos documentos, nós
1200poderíamos projetar 15.000, 16.000, 17.000 licenças. Aqui há duas informações
1201porque a lâmina foi corrigida, são 71 e não 58. Não sei se nós poderíamos analisar
1202um pouquinho das licenças, há um dado aqui que é muito relevante, vamos começar
1203pela média de licença: 96 licenças para municípios de 5 a 25.000 habitantes. Por que
1204um município de 25 a 50.000 licencia menos que 5 a 25.000? Certamente é um perfil
1205de gestão, aquela administração mais recente, de um município talvez mais novo, ou
1206que tenha até como se preocupar com todas as questões teve um desempenho pelo
1207menos quantitativo aqui, menor que o município de 25 a 50.000. Esse dado,
1208inclusive, acho que deve ser fornecido a eles para poder fazer um trabalho um pouco
1209mais quantitativo, que no fundo vai acabar sendo também um trabalho qualitativo do
1210meio ambiente. Aqui está a média geral: 183 licenciamentos por município. E aqui é
1211o que eu falava também, a questão do florestal, o florestal é mais concentrado em
1212municípios menores, acima de 100.000 até tem 839, mas é uma média, por questão
1213de licenças não é tão grande assim. O industrial acontece ao contrário, nos
1214municípios maiores também têm sua lógica. Há mais uma lâmina, é bem relevante, é
1215a questão dos técnicos municipais: 481 ambientalistas públicos, poderíamos chamá-
1216los assim, ambientalistas públicos agregados à força de trabalho no Estado do Rio
1217Grande do Sul. Na questão das equipes terceirizadas talvez haja algum outro dupla
1218contagem e formado por mais de um município, de qualquer forma é um número
1219relevante, também não é do total, são alguns municípios que informaram. Isso nos
1220leva a centenas de técnicos que estão agora aproveitados, o relatório está muito
1221voltado em cima do licenciamento, mas bem aproveitados pelos municípios, até para
1222eles terem estímulo e manter técnicos voltados, especificamente, para a área do meio
1223ambiente e aproveitando-os também para fazer esse trabalho do licenciamento. A
1224questão da capacitação, nós fizemos cursos no ano passado treinando 341 técnicos de
122585 municípios. Em 2005 realizamos um curso geral, básico, de 85 técnicos e estamos
1226preparando os módulos regionalizados, já tendo um aqui para 27 a 29 em formatação.
1227A formatação, na verdade, já estão sendo feitas as regiões preparatórias dos oito
1228cursos regionalizados. Então, acho que a questão básica é saber daqueles 13.000
1229licenciamentos, certamente não saíram dos nossos órgãos estaduais esse número, não
1230foram retirados 13.000 protocolos, o pedido de licença. Isso é ganho do Estado, em
1231boa parte disso é ganho do Estado de empreendimentos que ficariam na
1232clandestinidade, na questão ambiental. Ficariam, provavelmente, irregulares,
1233primeiro, porque tiveram a oportunidade de ir ao município buscar a solução. E
1234também porque tiveram, certamente, a ação das equipes municipais na fiscalização e
1235na busca da regularização desses empreendimentos. Eu acho que esse dado é o mais
1236relevante para levarmos o nosso trabalho adiante nessa questão da municipalização

1237 dita, da gestão ambiental. Obrigado, Presidente. **Sr. Presidente:** Alguma pergunta
1238 dos Conselheiros ao Pieper, Coordenador do SIGA? **Sr. Clebes Brum Pinheiro:** É
1239 mais um comentário, mais para parabenizar a iniciativa do Pieper. Eu sou uma das
1240 pessoas que estava solicitando há tempo uma apresentação dentro desse escopo.
1241 Chamou-me um pouco a atenção, achei um pouco baixo a questão da agropecuária,
1242 eu pelo menos imaginei que tivesse mais empreendimentos nessa linha. Até porque
1243 os municípios do Vale do Taquari, acho que 80%, 90% deles estão habilitados e ali
1244 há boa produção de suinocultura, avicultura. Então, achei um pouco baixo, mas
1245 quero parabenizar o trabalho do pessoal da equipe. **Sr. Presidente:** Mas é alto,
1246 somando agropecuária e florestal dá o maior número. Se somar os 2.800 com os
1247 1.700, dá 4.500 dos 13.000. Na verdade, é alto, não é baixo, se analisarmos dessa
1248 forma não dá para dizer que é baixo, o impacto é alto. E se tirar os isentos, que,
1249 teoricamente, na verdade, são isentos na FEPAM, estaríamos trabalhando em torno
1250 de 9.000 licenças, a metade é florestal e agropecuária. É uma suposição, claro, eu
1251 entendo, mas só para tentar, é outra tese. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Analisando os
1252 relatórios dos municípios percebi que é muito localizada a questão do licenciamento.
1253 Como o licenciamento hoje tem, inclusive, no nosso órgão estadual também é
1254 bastante focado na criação confinada de animais, isso é muito regionalizado. Então,
1255 citaram o Vale do Taquari, lá deve ser alto, não fiz essa análise localizada, mas, com
1256 certeza, esses licenciamentos são basicamente de confinamento de animais. Aí nós
1257 temos a questão regional da distribuição da agropecuária, desse tipo de agropecuária
1258 bem localizado em alguns municípios. **Sr. Presidente:** Na verdade, o Vale do
1259 Taquari está passando por um momento de crise na área, porque com a retirada do
1260 procedimento UNIVATES, que, na verdade, o licenciamento se dava por meio do
1261 Instituto da UNIVATES, muitos municípios estão-se readequando. E nesse
1262 momento, no último ano, de setembro para cá emitiram uma quantidade muito baixa
1263 de licenças, há muito processo de demanda, mas sem parecer. E há o fator Lajeado,
1264 Lajeado não tem mais zona rural. Então, mudou o perfil ali, tu vê que de dentro do
1265 Município de Lajeado saíram oito municípios, e o Município de Lajeado, que tem a
1266 maior demanda de licenciamentos, é totalmente urbano, tanto que de uma população
1267 de 60.000 habitantes há 911 rurais só. Então, na verdade, dentro do Município de
1268 Lajeado não existe uma zona rural, existe tão-somente uma área de uso especial
1269 rural. Então, tem que ser estudado, não dá para dar opinião assim. Agradecemos a
1270 participação do Pieper. Pedimos a gentileza que seja encaminhado esse material,
1271 Pieper, por *e-mail* para todos os Conselheiros, e se a gente tiver necessidade volta a
1272 discuti-los. Eu acho que isso é um bom trabalho, é um exercício para verificarmos
1273 que esse sistema contribui com o licenciamento do Estado. Eu acho que,
1274 tranquilamente, essas 9.000 licenças, muitas delas talvez ficaria na clandestinidade,
1275 mas é um ganho ambiental para o Estado, acho que essa é a diferença. Quando o
1276 pessoal fala: *ter licença ambiental hoje é uma grife*; acho que, realmente, é uma
1277 grife, a maioria das empresas buscam isso, porque ter licença ambiental coloca a
1278 empresa em um outro patamar de discussão. Passando para o próximo item, gostaria
1279 de pedir para a Vera Calegari fazer um breve, se for necessário posso complementar,
1280 em relação ao assunto Pró-Guaíba. Nós tivemos uma reunião com o Governador, e o

1281Governador acabou dando uma declaração pública e era a declaração que nós
1282queríamos ouvir. Então, gostaria de passar a palavra para a Vera, e se for necessário
1283posso complementar. **7. Relato Geral Pró-Guaíba. Sra. Vera Lúcia Calegato:**
1284Boa-tarde, Sr. Presidente, Srs. Conselheiros. Como já foi dito, a notícia mais
1285importante, então, que temos em relação ao Pró-Guaíba é a garantia pelo Sr.
1286Governador que vamos ter a continuidade do programa, o Módulo II do Pró-Guaíba.
1287Agora estamos finalizando o Módulo I, no dia 30 deste mês começamos o
1288encaminhamento do Relatório Final do Módulo I, onde, praticamente, todas as metas
1289foram atingidas. A partir de agora, então, com essa definição por parte do Sr.
1290Governador, do Secretário Mauro Sparta, teremos um grupo que irá formatar como
1291vamos equacionar o desenvolvimento desse Módulo II. Nós já temos um documento
1292preliminar que foi elaborado com base nas intervenções realizadas durante essa
1293primeira etapa, após um diagnóstico atualizado da região em 2003, levando em
1294consideração as principais criticidades ambientais que persistem. Foram
1295hierarquizadas segundo critérios, indicadores construídos por um seminário de marco
1296lógico, onde estabelecemos o marco lógico do programa, com a participação de
1297várias instituições e vários segmentos da sociedade. E foram, então, consultados,
1298retomada aquela consulta popular que aconteceu no ano de 2000. Então, formamos
1299um bloco para a continuidade do programa, essa segunda etapa, que soma US\$
1300170.000.000, dos quais 66% estão concentrados em criticidades para se resolver na
1301área urbana. E o restante distribuídos: 16% na área rural e também o resto na questão
1302da integração da gestão ambiental, educação ambiental, relativo aos próprios
1303sistemas de recursos hídricos e sistema de proteção ambiental. Na audiência com o
1304Sr. Governador eu até não estava presente, estava em Brasília tratando justamente
1305com o especialista do BID sobre a continuidade do programa, mas o Presidente
1306estava presente, o Mauro, Diretor-Técnico estava presente. Não sei se há mais
1307alguém aqui que estava presente nessa audiência e que pode melhor relatar as
1308conclusões desses encaminhamentos. **Sr. Presidente:** Alguma pergunta para a Vera?
1309Na verdade, na reunião o Governador tomou uma posição política de que o Programa
1310Pró-Guaíba não se encerra com o encerramento dessa primeira fase. Ou seja, haverá
1311manutenção de uma célula base do Pró-Guaíba que vai desenvolver os estudos e
1312alternativas técnicas para continuar, com o financiamento ou sem o financiamento. O
1313Estado, em princípio, não tem mais capacidade de endividamento. Temos que
1314encontrar uma alternativa. Quais são as alternativas? Várias. Alguma delas vai ser
1315possível. A integração das Secretarias? Nós temos a Secretaria de Obras com o
1316Programa de Saneamento, o Programa de Saneamento pode-se integrar ao Programa
1317Pró-Guaíba. Temos alguns municípios com capacidade de endividamento? Vamos
1318usar os municípios nesse programa. Temos algumas empresas privadas que estão
1319dentro da bacia do Guaíba e que pode colocar dinheiro no programa? Vamos fazer
1320uma PPP; mas isso será objeto de trabalho. O mais importante era a decisão política
1321para não continuar essa colocação que está sendo feita para a mídia de que o Pró-
1322Guaíba vai acabar. Não, o Governador Germano Rigotto decidiu e fez um
1323pronunciamento público de que o programa não vai acabar. Agora o trabalho vai
1324continuar. Então, essa é a principal comunicação e que foi uma demanda deste

1325Conselho. Eu fui na reunião, inclusive, a proposta para o Governador no sentido de
1326manter uma célula mínima foi a nossa proposta, e ele aceitou, e fez o
1327pronunciamento. Então, acho que uma demanda que o Conselho tinha foi atendida.
1328Então, agora, daqui para frente, vai ter que ser criado o grupo técnico. Há alternativa
1329de BID? Tem. Não sei se o Estado tem condições de se endividar em algum aspecto,
1330não sei, mas isso é assunto técnico. O mais importante foi a posição política, a
1331posição política de que o programa não acaba nesse instante. Obrigado, Vera. **Sra.**
1332**Vera Lúcia Calegari:** Eu só gostaria de complementar que nós em momento algum
1333colocamos que o Programa Pró-Guaíba ia terminar. Nós estávamos buscando
1334alternativas, mas esse fato, essa audiência com o Governador foi muito importante,
1335porque terminou de uma vez por todas, então, com aquela ansiedade sobre a
1336continuidade do programa. E eu queria deixar aqui de público o agradecimento,
1337porque foi muito importante a participação de vários aqui, vários segmentos, este
1338Conselho também, para que a gente conseguisse levar a cabo essa situação atual do
1339programa. **Sr. Presidente:** Eu também gostaria de lembrar, não foi mencionado, essa
1340audiência foi pedida não pelo nosso Conselho, mas pela Assembléia Legislativa.
1341Graças ao trabalho da Comissão de Saúde e Meio Ambiente é que possibilitou a
1342audiência. Então, deixar bem claro, também, que não é trabalho só do CONSEMA,
1343mas de uma série, inclusive, da Assembléia Legislativa. Senão, daqui a pouco,
1344alguém da Assembléia diz: *falaram no Conselho, mas não citaram a Assembléia.*
1345Então, deixar isso bem claro para não criar um mal-estar em relação a isso. Temos
1346ainda a moção da AGAPAN. Eu não li toda a moção, vocês acham necessário ler
1347todos os considerandos, ou serve o que eu li, que na verdade, é uma moção de apoio
1348ao Beto, em relação à agressão que sofreu? **Sr. Paulino Olivo Donatti:** Já é público
1349isso. **Sr. Presidente:** É público, mas houve o pedido de uma Entidade para que a
1350gente votasse essa moção e que fosse, então, registrada na nossa Ata: *O Conselho*
1351*Estadual do Meio ambiente – CONSEMA, no uso de suas atribuições, que lhe*
1352*confere a Lei n.º 10.330, de 27-12-94, tendo em vista o disposto em seu Regimento*
1353*Interno: considerando o incidente no qual foi vítima o Secretário Municipal do*
1354*Meio Ambiente de Porto Alegre, o Sr. Beto Moesch, no dia 04-06-05, na Unidade de*
1355*Conservação Municipal Parque Morro do Osso. Considerando que o Secretário*
1356*estava no local para efetuar uma visita de inspeção e fiscalização às construções*
1357*irregularmente em área localizada no limite do Parque Municipal, quando foi*
1358*agredido violentamente por um grupo de índios da Comunidade Caingangue.*
1359*Considerando a condição de irregularidade que se encontra o grupo de invasores*
1360*de índios da Comunidade Caingangue, desde abril de 2004, que está acampado na*
1361*rua Padre Werner no bairro Sétimo Céu/Tristeza, reivindicando a área do Parque*
1362*Natural Morro do Osso para habitação de sua comunidade. Considerando o*
1363*precedente que esse episódio tanto do ponto de vista de invasão em área de*
1364*proteção ambiental, quanto da agressão covarde e violenta da qual foi vítima o*
1365*Secretário do Meio Ambiente Beto Moesch. Considerando a importância dessa*
1366*Unidade de Conservação que está situada na malha urbana de Porto Alegre, que é*
1367*um dos últimos redutos de Mata Atlântica, floresta especialmente protegida pela*
1368*Constituição Federal, e que as espécies e a fragilidade desse ecossistema já se*

1369encontram tão ameaçados pela intensa urbanização. Manifestamos nosso repúdio
1370veementemente pela forma brutal, violenta e covarde da qual foi na tarde de
1371sábado, 04 de junho, vítima o Secretário Beto Moesch quando justamente Porto
1372Alegre, Cidade do pioneirismo ambiental brasileiro, iniciava as comemorações das
1373Semana do Meio Ambiente. Solicitamos que Vossa Excelência tome com a máxima
1374urgência as medidas legais cabíveis para esse fato, pois o mesmo, vem em total
1375desabono à imagem e à cidadania gaúcha. Então, alguém tem alguma coisa em
1376contrário de aprovarmos essa moção? Então, consideramos **aprovada. 8. Assuntos**
1377**Gerais.** E por último, em Assuntos Gerais, gostaríamos de lembrar os 15 anos da
1378FEPAM, que foi agora em junho. Nós não tivemos reunião desde a data e gostaria até
1379de uma pequena palavra do Mauro, Diretor-Técnico da FEPAM, de que é importante
1380lembrar sempre o nosso órgão ambiental estadual, o órgão executivo da área
1381ambiental, e que, na verdade, é o embrião de todo esse trabalho, em especial do
1382Conselho. Então, gostaria de passar a palavra para o Mauro e dessa forma prestar
1383uma homenagem tanto à Entidade FEPAM, quanto aos funcionários, que sabemos
1384está passando uma série de dificuldades, em especial a falta de funcionários, perda de
1385técnicos em função desse problema de não-reajuste salarial dos técnicos da FEPAM,
1386e que esse sistema só vai funcionar se a FEPAM funciona. Isso realmente nos
1387preocupa, o CONSEMA entende e todos nós temos essa ciência que a FEPAM é
1388fundamental para a qualidade ambiental do Estado. Então, gostaria de passar a
1389palavra para o Mauro e dessa forma, por meio do Conselho, homenagear os 15 anos
1390da FEPAM. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Agradeço a oportunidade, não estava
1391preparado para isso, mas acho que se conseguiu consolidar uma Instituição, não
1392exatamente ainda como nós servidores da FEPAM, porque eu sou do quadro,
1393gostaríamos. Nós ainda não consolidamos aquela Instituição criada pela Lei n.º
13949.077, estamos a um terço daquela Instituição que a Assembléia Legislativa desejou.
1395Então, acho que isso é uma luta ainda dos servidores da FEPAM e deste Conselho
1396para que esta Instituição seja consolidada. Hoje, ainda continuamos atendendo toda a
1397população do Estado do Rio Grande do Sul por Porto Alegre, fazendo o pessoal vir
1398de Santa Rosa para aprovar um loteamentozinho de dois hectares, até Porto Alegre
1399aqui. Acho que sai mais caro vir a Porto Alegre do que fazer o loteamento.
1400Brincadeira! Então, esperamos que a luta continue para a gente consolidar este
1401órgão. E sem esquecer que precisamos melhorar o sistema de meio ambiente como
1402um todo, não é só a FEPAM que é o órgão ambiental, hoje, quando vamos fazer o
1403licenciamento de alguma empresa, normalmente, submetemos o empreendedor, eu ia
1404dizer o cristão, mas nem todos são, submetemos a três licenças dentro de uma mesma
1405secretaria. Isso poderia ser simplificado para uma licença só, que pegasse a parte
1406florestal, a parte de outorga e a parte de licenciamento ambiental, mas acho que essa
1407é uma luta de toda a sociedade e uma luta deste Conselho. Ou seja, focar melhor o
1408nosso SISEPRA, essa é uma discussão que está rolando aqui dentro, para que a gente
1409possa melhorar não só a FEPAM como o trabalho da Secretaria como um todo, o
1410trabalho que nós prestamos ao cidadão. Pego de surpresa era isso que eu tinha a
1411dizer, muito obrigado. **Sr. Presidente:** Mais algum assunto? Recebemos da ABES,
1412você receberam também, o Seminário sobre Tecnologias Limpas. Gostaria que fosse

1413registrado na Ata que foi entregue um prospecto pela ABES em relação ao Seminário
1414sobre Tecnologias Limpas. Então, agradecemos a presença de todos e damos por
1415encerrada mais esta reunião do Conselho Estadual do Meio Ambiente. (Encerra-se a
1416reunião às 16h51min)